



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

Comissão Própria de Avaliação - CPA

**RELATÓRIO PARCIAL
DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL 2015**

**Foz do Iguaçu
Março/2016**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

DIRIGENTES

Reitor

Josué Modesto dos Passos Subrinho

Vice-Reitor

Nielsen de Paula Pires

Pró-Reitor de Graduação

Eduardo Elias

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Fernando César Vieira Zanella

Pró-Reitora de Extensão

Angela Maria de Souza

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Elias de Sousa Oliveira

Pró-Reitor de Administração, Gestão e Infraestrutura

Luiz Marcos de Oliveira Silva

Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças

Caetano Carlos Bonchristiani

Pró-Reitora de Relações Institucionais e Internacionais

Claudia Lucia Bisaggio Soares

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Jair Jeremias Junior

Secretário de Comunicação Social

Anderson Antônio Andreatta

Secretário de Implantação do Campus

Robinson Alexander Sturmer

Secretária de Apoio Científico e Tecnológico

Clézia de Souza Santos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNILA

MEMBROS

Representação de Técnicos Administrativos

Antonio Warner Lucas Alves – Titular (Coordenador)

Vanessa Gabrielle Woicolesco – Titular

Edson Carlos Thomas - Suplente

Representação Docente

Giovana Secretti Vendruscolo - Titular

Henrique Rodrigues Leroy - Titular

Catarina Costa Fernandes - Suplente

Representação da Administração

Fabiana Miranda Reis de Carvalho - Titular

Beatriz de Arruda Dias - Titular

Marcelo da Silva - Suplente

Representação Discente

Matheus Soares Cherem- Titular

Gabriel Reinaldi Silva - Titular

Mishell Geoconda P. Abalco - Suplente

Representação da Comunidade Externa

Dimas Bragagnolo - Titular

Everson Claudio Marquetti - Titular

Cristina Dias – Suplente

Procuradora Institucional

Lisandra Rosa Rodrigues de Lima Moraes

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Eixo 1 – Antonio Warner Lucas Alves

Eixo 2 – Fabiana Miranda Reis de Carvalho e

Lisandra Rosa Rodrigues de Lima Moraes

Eixo 4 – Antonio Warner Lucas Alves e

Vanessa Gabrielle Woicolesco

Revisão – Fernando Cezar Melo de Oliveira – Secretário Executivo

Apoio – Alexandre Beló – Secretário Executivo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da PROPLAN.....	14
Figura 2 - Organograma Institucional.....	47
Figura 3 - Estrutura da SECOM.....	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição da CPA.....	9
Quadro 2- Cursos implantados em 2010.....	20
Quadro 3 - Cursos implantados em 2010.....	20
Quadro 4 - Cursos implantados em 2012.....	21
Quadro 5 - Curso implantado em 2014.....	21
Quadro 6 - Cursos implantados em 2015.....	21
Quadro 7 - Áreas temáticas das ações de extensão.....	26
Quadro 8 - Evolução das ações de extensão.....	27
Quadro 9 - Extensionistas.....	27
Quadro 11 - Titulação dos servidores.....	34
Quadro 12- Regime de Trabalho dos servidores docentes.....	34
Quadro 13 - Quatitativo de servidores participantes de capacitação.....	40
Quadro 14- Orçamento autorizado e executado por Grupo de Natureza da Despesa e Fontes de	
Quadro 15- Orçamento autorizado e executado por Programa de Trabalho.....	62

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	3
LISTA DE QUADROS.....	4
1.INTRODUÇÃO.....	6
1.1. Dados da Instituição.....	7
1.2. Composição da CPA.....	7
1.3. Planejamento da autoavaliação.....	8
2. METODOLOGIA.....	9
3. DESENVOLVIMENTO.....	10
3.1 Planejamento e Avaliação Institucional (Eixo 1 – Dimensão 8).....	10
3.1.1 Planejamento Institucional segundo o PDI.....	10
3.1.2 Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN).....	12
3.1.2.1. Atividades realizadas:.....	13
3.1.3 A Avaliação Institucional segundo o PDI.....	15
3.1.4 Avaliação Institucional.....	16
3.2 Desenvolvimento Institucional (Eixo 2).....	18
3.2.1 Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (Dimensão 1).....	18
3.2.2 Responsabilidade Social da Instituição (Dimensão 3).....	21
3.2.2.1 Responsabilidade Social no Ensino (Graduação).....	23
3.2.2.2 Responsabilidade Social no Ensino (Pós-Graduação).....	24
3.2.2.3 Responsabilidade Social – Ações de Extensão.....	25
3.2.2.4 Responsabilidade Social – Assistência Estudantil.....	29
3.2.2.5 Responsabilidade Social – Acessibilidade.....	29
3.2.2.6 Responsabilidade Social – Sustentabilidade.....	30
3.3 Políticas de Gestão (Eixo 4).....	30
3.3.1 Políticas de Pessoal (Dimensão 5).....	31
3.3.1.1 Perfil da Gestão de Pessoas.....	32
3.3.1.2 Corpo Técnico-Administrativo em Educação (TAE).....	38
3.3.2 Organização e Gestão da Instituição (Dimensão 6).....	45
3.3.2.1 Organograma.....	45
3.3.2.2 Pró-Reitoria de Graduação.....	47
3.3.2.3 Secretaria de Comunicação Social.....	49
3.3.2.4 Conselho Universitário (CONSUN).....	56
3.3.3 Sustentabilidade Financeira (Dimensão 10).....	58
3.3.3.1 Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN).....	59
4. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES.....	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68

RELATÓRIO PARCIAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2015

1. INTRODUÇÃO

A autoavaliação é um processo contínuo por meio do qual a instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender o significado do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social.

A Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (CPA/UNILA), atendendo ao que dispõe a Lei nº 10.861/2014 e NT INEP/DAES/CONAES Nº 65/2014, bem como no intento de contribuir para a reflexão e aperfeiçoamento da qualidade do ensino e do compromisso social da Universidade, na medida em que fornece subsídios para o planejamento da instituição, o qual deve ser continuamente orientado ao fortalecimento e à integração da América Latina através da Educação, vem por intermédio deste relatório parcial da autoavaliação institucional, apresentar a realidade detectada a partir da análise dos dados e das informações referentes ao exercício de 2015, coletados junto aos órgãos da gestão universitária.

Trata-se de um relatório parcial, atendendo ao que estabelece o projeto de autoavaliação, conforme se segue:

4.1 RELATÓRIO PARCIAL 2015

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8 – Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1 – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5 – As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativos, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Dimensão 6 – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Dimensão 10 – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Toda a análise das ações praticadas pela gestão universitária teve por base as prerrogativas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no intuito de se ter uma demonstração do nível

de impacto desse documento na dinâmica institucional.

A pesquisa de impacto das ações junto às comunidades acadêmica e externa, bem como junto aos egressos, fará parte do segundo relatório parcial, referente ao ano de 2016, com maior ênfase no relatório final que será elaborado em 2017, de acordo com o projeto de autoavaliação institucional.

1.1. Dados da Instituição

Nome/Código da Instituição: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Caracterização: Autarquia Federal

Localização: Avenida Silvio Américo Sasdelli, 1842 – Edifício Lorivo – Vila Residencial “A” - Foz do Iguaçu – PR

A UNILA nasceu com a proposta inovadora de promover o desenvolvimento e a integração entre os países da América Latina e do Caribe. De acordo com o art. 2º da lei 12.189, de 12 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a criação da Universidade; a UNILA é uma universidade brasileira com vocação internacional e tem

“como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul – MERCOSUL”.

1.2. Composição da CPA

Em conformidade com o estabelecido no artigo 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a constituição da CPA da UNILA deu-se com a aprovação da Resolução nº 012/2013, em 24 de julho.

Em 09 de agosto de 2013, foi publicada a Portaria nº 543, que estipulou as regras e prazos para a escolha dos representantes docentes, técnicos administrativos, discentes e comunidade externa. Posteriormente, houve a publicação da Portaria UNILA nº 783/2013, de 21 de outubro de 2013, com a designação dos membros. As Portarias nº 1.245/2014 e nº 1.079/2014 referem-se a alterações dos membros.

Quadro 1 - Composição da CPA

MEMBRO	CATEGORIA
Antônio Warner Lucas Alves	Coordenador - Titular Técnico-Administrativo
Henrique Rodrigues Leroy	Titular Docente
Giovana Secretti Vendruscolo	Titular Docente
Vanessa Gabrielle Woicolesco	Titular Técnico-Administrativo em Educação
Edson Carlos Thomas	Suplente Técnico-Administrativo em Educação
Fabiana Miranda R. de Carvalho	Titular da Administração
Beatriz de Arruda Dias	Titular da Administração
Marcelo da Silva	Suplente da Administração
Dimas César Bragagnolo	Titular Comunidade Externa
Everson Claudio Marquetti	Titular Comunidade Externa
Cristina de Souza Dias	Suplente Comunidade Externa
Matheus Soares Cherem	Titular Discente
Gabriel Reinaldi Silva	Titular Discente
Mishell Geoconda P. Abalco	Suplente Discente
Lisandra Rosa Rodrigues de Lima Moraes	Procurador Institucional

Fonte: Comissão Própria de Avaliação

1.3. Planejamento da autoavaliação

O Planejamento das atividades de autoavaliação referente ao ciclo 2015-2017 consta do projeto que tem o objetivo de conduzir o processo de autoavaliação e análise dos aspectos relevantes da Instituição com intuito de buscar o desenvolvimento integral e a melhoria constante da gestão educacional.

O projeto de autoavaliação 2015-2017 propõe um conjunto de atividades a serem desenvolvidas, embasadas em princípios coerentemente estabelecidos a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e dos demais documentos oficiais da instituição e do governo federal, na busca da institucionalização de uma cultura de avaliação que promova o debate, a participação e o envolvimento espontâneo e descomprometido por parte dos segmentos da comunidade.

Para atender aos objetivos propostos, o relatório parcial 2015 apresenta as ações referentes aos eixos: **1 – Planejamento Institucional** (Dimensão 8 – Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional); **2 – Desenvolvimento Institucional** (Dimensão 1 – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional e Dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no

que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural); e **4 – Políticas de Gestão** (Dimensão 5 – As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativos, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho; Dimensão 6 – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios e Dimensão 10 – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior).

O planejamento das atividades está disposto em 05 etapas, a saber:

- Etapa 1: sensibilização e divulgação sobre a CPA;
- Etapa 2: elaboração dos instrumentos de coleta de informações;
- Etapa 3: análise e organização das informações coletadas;
- Etapa 4: elaboração do relatório parcial de autoavaliação;
- Etapa 5: divulgação dos resultados.

2. METODOLOGIA

Este relatório foi elaborado a partir da análise documental e da coleta de informações dos setores administrativos e acadêmicos, mediante o estudo comparado com as determinações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com recorte aos temas e às áreas correlatas aos eixos contemplados para a primeira etapa da autoavaliação institucional, conforme consta no projeto de autoavaliação institucional para o triênio 2015/2017.

Para obtenção das informações referentes aos diferentes setores da Universidade, foram enviadas solicitações para órgãos da alta administração e para comissões, da gestão universitária.

Os dados e informações recebidos, em grande parte, fazem-se presentes neste relatório, por intermédio dos quais se pode observar o nível de impacto do PDI na gestão universitária.

3. DESENVOLVIMENTO

Nesta seção, são apresentados os dados e as informações pertinentes a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade da instituição. Tendo em vista que, no projeto de autoavaliação, foi proposto a avaliação de 3 eixos; esta seção foi organizada em 3 tópicos que correspondem aos eixos avaliados no ano de 2015.

3.1 Planejamento e Avaliação Institucional (Eixo 1 – Dimensão 8)

A Lei nº 10.861 de 14 de Abril de 2004, estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), constituído com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

3.1.1 Planejamento Institucional segundo o PDI

O PDI, aprovado pela Resolução CONSUN Nº 015, de 07 de outubro de 2013, indica a missão, os objetivos e os seguintes princípios filosóficos e metodológico institucionais, por intermédio dos quais todas as áreas da gestão universitária devem se nortear para o planejamento e a execução das suas atividades:

A missão da UNILA é: Contribuir para a integração solidária da América Latina e Caribe, mediante a construção e a socialização da diversidade de conhecimentos necessários para a consolidação de sociedades mais justas no contexto latino-americano e caribenho.

[...]

Seus objetivos institucionais são:

I – Contribuir para o avanço da integração solidária latino-americana e caribenha desenvolvendo processos de construção de conhecimentos que atendam às demandas sociais, culturais, políticas, econômicas, ambientais, científicas e tecnológicas;
II – Constituir a UNILA em instituição diferenciada de ensino superior, no sentido de viabilizar condições de participação de latino-americanos e caribenhos para a formação acadêmica visando à integração dos países da América Latina e Caribe.

III – Formular e desenvolver políticas universitárias e programas de cooperação visando à formação acadêmico-científica de profissionais éticos, com espírito crítico e interdisciplinar nos diferentes campos do saber.

IV – Promover, mediante a participação da comunidade, diálogos entre saberes que proporcionem condições dignas de vida com justiça social na América Latina e Caribe.

V – Desenvolver programas para a formação continuada dos membros da comunidade universitária que viabilizem a construção de conhecimentos políticos, pedagógicos e de gestão visando a missão da UNILA.

São princípios da universidade a interdisciplinaridade, a interculturalidade, o bilinguismo e o multilinguismo, a integração solidária e a gestão democrática. Para que as temáticas latino-americanas e caribenhas sejam exploradas com consistência, nas diversas carreiras, a UNILA debaterá a ideia de integração entre os países da região, ancorando-se no respeito mútuo e na vontade comum de aprender e de pesquisar. Debatendo conhecimentos historicamente acumulados, o professor trabalhará com o aluno na perspectiva de parceria intelectual e coautoria do conhecimento. Neste contexto, a UNILA pretende priorizar um processo de ensino-aprendizagem em que os conteúdos sejam fundamentais e significativos.

Somente com um saber acadêmico sólido e com a consciência do processo histórico da América Latina e Caribe, marcado pela dominação cultural, econômica e social, o egresso tornar-se-á sujeito do processo de transformação da região, uma região que, parafraseando Aníbal Quijano, encontra-se presa à lógica da colonização do poder e do conhecimento, permeado pelo eurocentrismo. Para romper com esta dita lógica da colonização do conhecimento e buscar, assim, a emancipação da América Latina e Caribe, faz-se imprescindível questionar os conteúdos sob novos parâmetros, novas perspectivas, gerando novas soluções e valorizando os seres humanos, sem distinções de nenhum tipo.

Com isso, depreende-se que o PDI prevê a vocação institucional de preparar egressos capazes de contribuir para a promoção do desenvolvimento e da integração dos países latino-americanos e caribenhos.

Para que isso ocorra, esse mesmo documento legal estabelece diretrizes e metas para a gestão universitária que passam necessariamente pela área de planejamento, conforme se segue:

Na UNILA, a política de gestão prima pelo seu aperfeiçoamento e pela alocação otimizada dos recursos, por meio de processo integrado, participativo e plural, viabilizando a infraestrutura necessária ao pleno desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade, inclusive no que concerne às pessoas com necessidades especiais.

Dessa forma, constituem-se como objetivos da gestão administrativa:

Objetivo Geral: Desenvolver processos de gestão universitária para otimizar os recursos disponíveis, de modo a apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UNILA.

Objetivo específico 1: Desenvolver a cultura de planejamento na UNILA para sensibilizar a comunidade universitária acerca dos benefícios gerados pelo planejamento. (grifado)

Meta 1: Estabelecer, na agenda de 2014, encontros de trabalho coletivo com comunidade universitária para o debate sobre o planejamento anual. (grifado)

Meta 2: Elaborar o planejamento anual da UNILA, com a participação da comunidade, a partir de 2014. (grifado)

Objetivo específico 2: Levantar as necessidades institucionais, visando garantir a infraestrutura adequada para o desenvolvimento institucional com base nos limites orçamentários. (grifado)

Meta 1: Definir anualmente as necessidades de infraestrutura física (aquisição, reforma, construção, utilização de espaço), de manutenção, de transporte, de material de uso comum e permanente, contratando os serviços necessários.
(grifado)

Meta 2: Implantar plenamente o SIG (Sistemas Integrados de Gestão) até final de 2014.

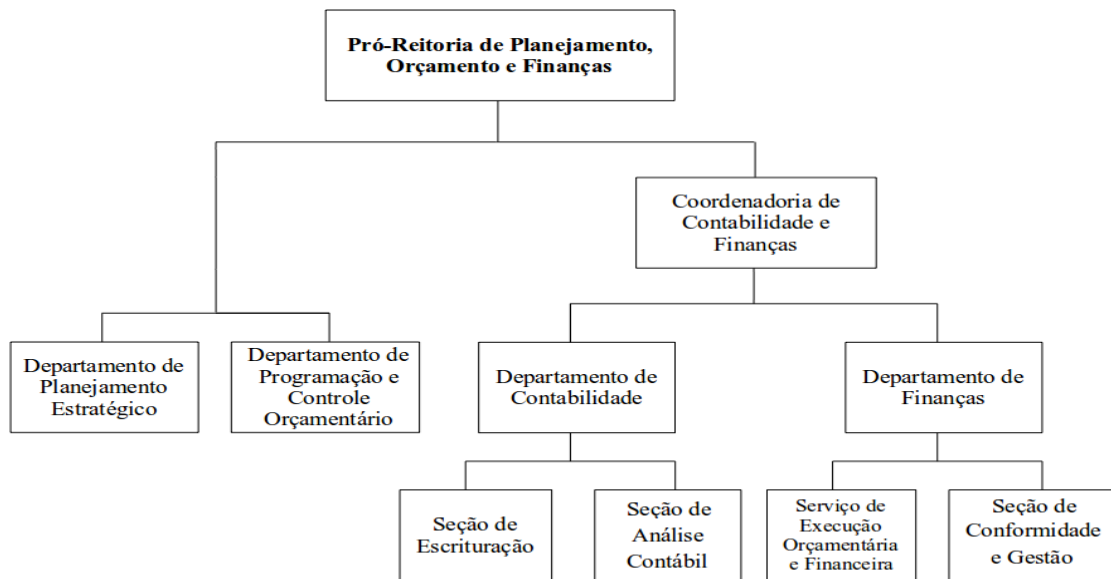
A área de planejamento está mencionada ao longo de todo o documento, quando se refere ao planejamento estratégico e ao planejamento dos Centros Interdisciplinares e Institutos, dentre outras necessidades específicas das gestões acadêmica e administrativa, porém resta destacada a sua indissociabilidade da avaliação institucional que será tratada logo em seguida.

As atividades relacionadas ao planejamento no âmbito institucional estão sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Planejamento Orçamento e Finanças (PROPLAN) que apresenta, em seguida, relato das atividades desenvolvidas no decorrer de 2015.

3.1.2 Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN)

A Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – PROPLAN é o órgão da administração central a quem compete o assessoramento da política global de planejamento, orçamento, execução financeira e controle contábil da UNILA, observando os princípios da Administração Pública. A PROPLAN realiza análises técnicas da evolução da Universidade e assessora na formulação de diretrizes e metas para o seu desenvolvimento, com a intenção de propiciar a consecução da sua missão.

Figura 1 - Estrutura da PROPLAN



3.1.2.1. Atividades realizadas:

- análise e escolha da metodologia do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) para o Planejamento Estratégico Institucional a ser adotado a partir de 2015 (PEI);
- reuniões com as 22 Unidades Gestoras Responsáveis (UGR) para apresentação do modelo de planejamento estratégico adotado (metodologia, planilhas e cronograma);
- institucionalização do Processo de Planejamento integrado na UNILA (PDI-PEI-PA), por meio das Portarias 646 e 647/15;
- workshop de Planejamento Estratégico Institucional (com os gestores e/ou representantes das UGR's);
- atualização das informações da página da Página da PROPLAN, para fornecer dados a toda comunidade e interessados (stakeholders).
- descentralização do processo de operacionalização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, com a publicidade e transferência de limites para despesas com diárias e passagens por área.
- composição da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, e edição do Plano de Logística Sustentável (PLS).

As atividades, em grande parte orientadas à elaboração do Planejamento Estratégico,

decorrem do enorme desafio imposto ao crescimento projetado para o ano de 2015.

Inicialmente, para auxiliar o processo de estruturação, optou-se por contratar uma empresa de consultoria que realizaria o mapeamento de fluxos e processos organizacionais, assim como a revisão da estrutura organizacional vigente. Contudo, as limitações orçamentárias do exercício inviabilizaram a realização da referida contratação.

Após decisão pela não contratação de consultoria externa, a continuidade dos trabalhos deu-se com a institucionalização do processo de planejamento e no estabelecimento de dois focos, a saber:

a) A definição das prioridades institucionais que decorrem de diagnósticos realizados com os gestores e representantes das áreas.

b) O rateio orçamentário, necessário para realizar tais prioridades em cada unidade acadêmica/administrativa.

As prioridades determinariam o rateio do valor orçamentário necessário para atingir os objetivos institucionais propostos.

A institucionalização do processo de planejamento pode ser percebida como um grande avanço, pois algumas atividades que já aconteciam informalmente tornaram-se oficiais. A criação das funções de Agente de Planejamento (AP) e Apoio também auxiliaram no processo de consolidação da metodologia.

Um dos fatores negativos está relacionado à dificuldade para operacionalização do planejamento. A inexistência de regimentos internos tem dificultado a delimitação das responsabilidades e o estabelecimento das prioridades institucionais. A falta de definição de prioridades acaba por gerar conflitos, especialmente quando a discussão refere-se ao rateio orçamentário.

Outro fator que impactou negativamente as atividades foi o repasse de financeiro do Ministério da Educação, que passou a ser mensal e sempre inferior ao valor liquidado. Tal fato causou muitos transtornos, pois os pagamentos de fornecedores em atraso ou em valor inferior ao devido gerava reclamações constantes por parte desses.

Não se pode ignorar a greve dos servidores técnicos e a sobrecarga de atividades pós greve, com encaminhamento de processos que estavam paralisados.

A partir da avaliação realizada, observou-se a necessidade de análise e estudo sobre a modernização da estrutura organizacional. É sabido que a estruturação de uma universidade inteira é uma tarefa muito desafiadora e demanda tempo. Sugere-se, portanto, que essa estruturação ocorra primeiramente na PROPLAN, estabelecendo assim uma área de modernização administrativa. Desta forma, a Pró-Reitoria poderá coordenar o processo para adequação das demais unidades da UNILA,

uma vez que durante as discussões para realização do planejamento, verificou-se a necessidade da definição do papel de algumas Unidades Acadêmicas.

Atualmente, a portaria de delegação de competência da Reitoria para a PROPLAN é para questões financeiras, orçamentárias e de planejamento, no entanto, ao estabelecer a estruturação proposta acima, legitima-se essa Pró-Reitoria para conduzir qualquer processo que envolva adequação das atividades por área.

Entende-se ser de fundamental importância a definição das atribuições das áreas, pois não há como planejar sem definir o responsável por executar.

3.1.3 A Avaliação Institucional segundo o PDI

O PDI traz as políticas de avaliação institucional como esforço para melhorar a educação promovida pela Instituição, em observância à sua missão e objetivos, por intermédio do Projeto de Avaliação Institucional (PAI), baseado pela legislação e diretrizes no Sistema Nacional de Avaliação Institucional (SINAES).

Segundo o que está previsto, o referido PAI deverá contemplar relatórios semestrais garantida a participação da comunidade universitária.

Ainda reforça a responsabilidade da CPA no processo de autoavaliação institucional.

Com isso, apresenta o objetivo geral e os objetivos específicos com as suas respectivas metas, das políticas de avaliação:

Objetivo Geral: Construir um Projeto de Avaliação que subsidie a autoavaliação institucional, a avaliação externa e avaliação do ensino-aprendizagem, de modo a instituir uma cultura avaliativa que contribua a alcançar os objetivos da missão da UNILA.

Objetivo específico 1: Elaborar o Projeto de Avaliação Institucional (PAI) de forma que se obtenham informações para o desenvolvimento institucional.

Meta 1: Elaborar o PAI, coletivamente, até o primeiro semestre de 2014.

Meta 2: Fortalecer a ouvidoria interna como importante canal de comunicação para o conhecimento e solução de problemas da instituição.

Meta 3: Estimular permanentemente o funcionamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Meta 4: Elaborar relatórios parciais e anuais e divulgação dos mesmos a toda a comunidade da UNILA.

Objetivo específico 2: Promover a autoavaliação da UNILA nas dimensões do SINAES.

Meta 1: Definir, de forma coletiva, até o primeiro semestre de 2014, os critérios e métodos de avaliação nos âmbitos didático-pedagógico, corpo social e infraestrutura.

Meta 2: Discutir com a Comunidade Universitária, até março de 2015, o Projeto de Avaliação Institucional proposto.

Meta 3: Promover palestras e ações de divulgação, até maio de cada ano, a fim de

sensibilizar de forma reflexiva os diversos atores da UNILA (docentes, discentes e técnicos administrativos em educação) acerca da importância da avaliação como instrumento de melhoria da qualidade e de prestação de contas à sociedade.

Meta 4: Realizar a autoavaliação institucional, anualmente, até o mês de junho. Obter conformidade de, no mínimo, 80% nas dimensões avaliadas.

Meta 5: Publicar anualmente os resultados das autoavaliações e das avaliações externas, visando a transparência e a implementação de ações que possam proporcionar melhorias necessárias ao desenvolvimento institucional.

Objetivo específico 3: Desenvolver um Projeto de Avaliação Institucional (PAI) junto ao Programa Institucional de Desenvolvimento Profissional (PIDP) de cada órgão/unidade da UNILA, para subsidiar o CONSUN nas análises sobre a universidade e no planejamento da mesma.

Meta 1: Definir, coletivamente, as diretrizes e sistemática do Projeto de Avaliação Institucional (PIA), em forma contínua, até 2014.

Meta 2: Implantar, em janeiro de 2015, o PAI.

Meta 3: Elaborar o planejamento anual setorial e dos Institutos e Centros Interdisciplinares, utilizando como parâmetro as avaliações semestrais e anuais anteriores.

Meta 4: Efetuar o planejamento parcial (semestral e anual), divulgando-o para a comunidade universitária, até 31 de dezembro de cada ano.

Meta 5: Divulgar o resultado da avaliação e as ações corretivas, em até um mês após a aplicação.

Por fim, apresenta os procedimentos pertinentes à autoavaliação institucional, como instrumento capaz de promover a cultura de avaliação mediante o PAI que será “o marco de referência da universidade e apoio para a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e será referência para a Avaliação Externa, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)”(PDI, 2013, págs.51/52).

Nessa linha, estabelece que seja elaborado, coletivamente, o planejamento institucional como consequência natural de uma avaliação contínua, refletida em relatórios parciais, “principalmente de caráter pedagógico curricular, no final de cada semestre curricular e, também, outro mais completo, no final de cada ano calendário”(PDI, 2013, p 52).

3.1.4 Avaliação Institucional

O PDI trata da avaliação institucional e apresenta diretrizes fortemente influenciadas pelo modelo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e, por isso, cita a CPA como protagonista da autoavaliação. No entanto, estabelece o Plano de Avaliação Institucional (PAI), sem contudo, explicitar o órgão da gestão universitária competente para a sua implementação, uma vez que é preciso diferenciar a autoavaliação sob a responsabilidade da CPA e a avaliação institucional inerente ao ciclo de planejamento, controle e monitoramento das ações da gestão institucional.

Já as autoavaliações anuais, realizadas segundo as normas e diretrizes do SINAES, sob a responsabilidade da CPA, estão previstas nos Projetos de Autoavaliação, sendo que no início do ano de 2015 foi finalizado o relatório de autoavaliação do ano de 2014, bem como iniciadas as providências para a implantação das avaliações internas dos cursos, quando foi criado o grupo de trabalho, formado por representantes dos cursos e da CPA com a finalidade de apresentar à Reitoria, um modelo próprio de avaliação de cursos.

Para o triênio 2015-2017, a CPA elaborou o Projeto de Autoavaliação Institucional, cuja pretensão é de apresentar dois relatórios parciais (2015 e 2016) e um relatório geral (2017), com o objetivo de nortear os processos de autoavaliação institucional e de avaliação interna de cursos, bem como analisar os aspectos relevantes da Instituição, refletido no Relato Institucional e na Proposta de Melhorias a serem apresentados à Reitoria, vislumbrando o desenvolvimento integral e a melhoria constante da gestão universitária.

Contudo, para dar consistência ao processo avaliativo, há de se reconhecer a necessidade de tornar a avaliação institucional uma prática rotineira, sistêmica, participativa, holística, cíclica e ética. Destaque-se, assim, o papel da CPA em favor da implantação de um processo avaliativo, capaz de produzir informações que subsidiem as ações de planejamento na busca da superação das debilidades que venham a ser reveladas nos relatórios de autoavaliação, sem contudo, confundir-se com os processos avaliativos da gestão inerentes ao ciclo de planejamento adotado pela PROPLAN.

Nesse sentido, o projeto de autoavaliação 2015-2017 propõe um conjunto de atividades a serem desenvolvidas, embasadas em princípios coerentemente estabelecidos a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e dos demais documentos oficiais da instituição e do governo federal, na busca da institucionalização de uma cultura de avaliação que promova o debate, a participação e o envolvimento espontâneo e descomprometido por parte dos segmentos da comunidade.

Uma forma encontrada e posta em prática pela CPA, para estimular essa participação dos segmentos, foi a realização do Seminário de Avaliação Institucional, que ocorreu em meados de setembro, com a participação de docentes, discentes e técnicos da Unila e de outras IES de Foz do Iguaçu e da Região, no qual teve uma palestra sobre Avaliação Institucional e de Cursos, proferida por uma técnica do INEP/MEC. Como tema integrante da programação, a avaliação interna dos cursos de graduação teve destaque no horário da tarde, quando os coordenadores de cursos, juntamente com a CPA e demais participantes definiram algumas estratégias para que se implementasse essa modalidade de avaliação na UNILA. Dessa forma, foi deliberado que se instituisse um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar os instrumentos de avaliação interna dos cursos, com a participação de membros da CPA e de representantes de todos os cursos da

Instituição. Na mesma semana foram solicitadas as indicações dos representantes e em seguida enviadas ao Reitor que, em ato contínuo, emitiu a portaria de designação. Esse GT já iniciou as suas atividades e pretende entregar o produto do seu trabalho até meados de 2016.

Dessa forma, a CPA/UNILA pretende consolidar a autoavaliação de modo abrangente, sistêmico e contínuo, sintetizando e agrupando as características que definem a Instituição, tomando por base os eixos e dimensões próprios e os do SINAES, bem como a participação efetiva dos egressos e das comunidades acadêmica e externa.

3.2 Desenvolvimento Institucional (Eixo 2)

De acordo com o disposto no inciso VIII do Art. 3º, da Lei do Sinaes, o “planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional” devem ser considerados nas ações de avaliação e de desenvolvimento institucional. Compreendemos aqui esse desenvolvimento a partir da Missão Institucional e das disposições do seu PDI.

3.2.1 Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (Dimensão 1)

A lei de criação da Unila (Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010) estabelece em seu art. 2º que o objetivo da Instituição é

ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.”

Para que esse objetivo seja atingido, o Estatuto aprovado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (SERES/MEC), por intermédio da Portaria/SERES/MEC nº 32, de 11 de abril de 2012, definiu, em seu art. 4º a missão da Unila:

contribuir para a integração solidária e a construção de sociedades na América Latina e Caribe mais justas, com equidade econômica e social, por meio do conhecimento compartilhado e da geração, transmissão, difusão e aplicação de conhecimentos produzidos pelo ensino, a pesquisa e a extensão, de forma indissociada, integrados na formação de cidadãos para o exercício acadêmico e profissional e empenhados na busca de soluções democráticas aos problemas latino-americanos.

Estabelece, também, no parágrafo único do art. 4º, que para realizar sua missão, a universidade “desenvolverá intercâmbio acadêmico-científico, tecnológico e cultural com instituições universitárias, centros de pesquisa, públicos e privados, órgãos governamentais e

organizações nacionais e internacionais, desde que preservada a autonomia universitária.” Nesse documento, foram explicitados os objetivos institucionais para alcance da missão e determinado que a IES deveria conceber, implementar e avaliar, de forma permanente e democrática, o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O PDI foi aprovado na primeira reunião extraordinária do Conselho Universitário realizada no dia 07 de outubro de 2013. Referente ao quinquênio 2013-2017 e traz como missão “contribuir para a integração solidária da América Latina e Caribe, mediante a construção e a socialização da diversidade de conhecimentos necessários para a consolidação de sociedades mais justas no contexto latino-americano e caribenho”(PDI, 2013, p.8) que vai ao encontro da missão da lei de criação.

Todos os documentos oficiais da Universidade (Lei de Criação, Estatuto, Regimento Geral, PDI e Projeto Pedagógico Institucional) trazem fortemente sua temática latino-americana e caribenha, principalmente quanto ao seu desenvolvimento social, político, cultural, científico, tecnológico e econômico, integração entre povos e culturas, interdisciplinaridade no conhecimento, bilinguismo (português e espanhol) e gestão democrática.

Para o atingimento de sua missão, foram implantados 31 (trinta e um) cursos de graduação desde sua criação até dezembro de 2015, que são demonstrados nos quadros abaixo.

Quadro 2- Cursos implantados em 2010

	Nome do Curso	Grau	Turno	Vagas	Situação
01	Ciências Biológicas – Ecologia e Biodiversidade	B	I	50	Reconhecido-CC=4
02	Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento	B	N	50	Reconhecido-CC=5
03	Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina	B	V	50	Reconhecido-CC=4
04	Engenharia Civil de Infraestrutura	B	I	50	Reconhecido-CC=4
05	Engenharia de Energias Renováveis	B	I	50	Reconhecido -CC=4
06	Relações Internacionais e Integração	B	V	50	Reconhecido-CC=4

Fonte: Sistema e-MEC

Legenda: B – Bacharelado; CC – Conceito do Curso; L – Licenciatura; I – Integral; M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

Quadro 3 - Cursos implantados em 2011

	Nome do Curso	Grau	Turno	Vagas	Situação
01	Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana	B	V	50	Aguardando publicação de portaria CC = 3

02	Ciências da Natureza – Biologia, Física e Química	L	N	50	Reconhecido CC = 4
03	Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	B	V	50	Reconhecido CC = 3
04	Geografia – Território e Sociedade na América Latina	B	V	50	Reconhecido CC = 4
05	História – América Latina	B	N	50	Reconhecido CC = 4
06	Letras – Artes e Mediação Cultural	B	N	50	aguardando publicação de portaria - CC = 4
07	Letras – Expressões Literárias e Linguísticas	B	M	50	Em extinção. Aguardando avaliação.
08	Relações Internacionais e Integração	B	V	50	Reconhecido CC = 4

Fonte: Sistema e-MEC

Legenda: B – Bacharelado; CC – Conceito do Curso; L – Licenciatura; I – Integral; M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

Quadro 4 - Cursos implantados em 2012

Nome do Curso	Grau	Turno	Vagas	Situação
Arquitetura e Urbanismo	B	I	50	Avaliado em 2015. Aguarda publicação portaria - CC = 4
Cinema e Audiovisual	B	V	50	Reconhecido - CC = 4
Música	B	I	25	Reconhecido - CC = 4

Fonte: Sistema e-MEC

Legenda: B – Bacharelado; CC – Conceito do Curso; L – Licenciatura; I – Integral; M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

Quadro 5 - Curso implantado em 2014

Nome do Curso	Grau	Turno	Vagas	Início de funcionamento
Medicina	B	I	60	18/08/2014

Fonte: Sistema e-MEC

Legenda: B – Bacharelado; L – Licenciatura; I – Integral; M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

Quadro 6 - Cursos implantados em 2015

Nome do Curso	Grau	Turno	Vagas	Início de funcionamento
Administração Pública e Políticas Públicas	B	N	50	02/03/2015
Biotecnologia	B	I	50	02/03/2015
Engenharia de Materiais	B	I	50	02/03/2015

Engenharia Física	B	I	50	02/03/2015
Engenharia Química	B	I	50	02/03/2015
Filosofia	L	N	50	02/03/2015
Geografia	L	N	50	02/03/2015
História	L	N	50	02/03/2015
Letras – Espanhol e Português como línguas estrangeiras	L	N	50	02/03/2015
Matemática	L	N	50	02/03/2015
Química	L	N	50	02/03/2015
Saúde Coletiva	B	I	50	02/03/2015
Serviço Social	B	N	50	02/03/2015

Fonte: Sistema e-MEC

Legenda: B – Bacharelado; L – Licenciatura; I – Integral; M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

3.2.2 Responsabilidade Social da Instituição (Dimensão 3)

A responsabilidade social da instituição, é considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

No PDI, um dos tópicos refere-se à Educação inclusiva à responsabilidade social (PDI, 2013, pp. 24-25) que compreende a educação inclusiva, na UNILA,

...como um dos diversos espectros de integração, observa a necessidade de respeitar a diversidade sócio-político-cultural criando meios de interação em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, além das questões associadas à desigualdade social tão marcante no âmbito da América Latina e Caribe. Para tanto, serão utilizados variados procedimentos com o intuito de contribuir para o desenvolvimento dos estudantes, considerando suas particularidades históricas, sociais e culturais.

Considerando a diversidade sócio-político-cultural que marca a constituição das sociedades latino-americanas e caribenhas, a educação inclusiva na UNILA buscará atender às necessidades educativas especiais de seus estudantes, aprimorando o processo de ensino-aprendizagem, promovendo o desenvolvimento das habilidades de cada um e sua integração no seio de um ambiente de elevada sociodiversidade.

Identificando as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, professores e corpo técnico administrativo, institucionalmente serão propostos meios para superá-las, assumindo responsabilidade no debate sobre a diversidade, sobretudo em contextos multiculturais e plurilinguísticos, e da função da universidade na promoção de debates e ações que visem superar a lógica excludente que permeia as sociedades contemporâneas.

Assumindo compromisso com a educação inclusiva, a UNILA amplia as possibilidades de integração, próprias de sua missão, ao reconhecer a diversidade humana, em todos os seus matizes, incluindo a superação das desigualdades sociais como um fato potencializador do enriquecimento das relações humanas.

Ainda no PDI encontra-se afirmada a Política de responsabilidade socioambiental (PDI, 2013, p. 48):

As políticas e diretrizes de responsabilidade socioambiental se traduzem,

sobretudo, no compromisso permanente em privilegiar: a sustentabilidade, a consolidação de princípios éticos, a justiça social. Nisto se inclui a melhoria da qualidade de vida de servidores, prestadores de serviço e estudantes, suas famílias, comunidade local e sociedade como um todo, tendo especial atenção para com a segurança e saúde, a governança participativa e transparente, a inclusão social, entre outros.

Seguindo tais princípios, a política de responsabilidade socioambiental da UNILA possui os seguintes objetivos.

Objetivo Geral: Promover justiça social visando melhorar a qualidade de vida da sociedade.

Objetivo específico 1: Adaptar progressivamente o sistema de gestão da UNILA para uma gestão ambiental, bem como revisá-la continuamente.

Meta 1: Ampliar e promover, por meio da criação de uma agenda permanente, o debate sobre a sustentabilidade e suas implicações na universidade

Meta 2 : Rever, até 2014, os fluxos de trabalho e de processos, visando a economicidade de recursos materiais, de saúde e financeiros.

Meta 3: Incluir, até o segundo semestre de 2014, os critérios de sustentabilidade como requisito para licitações e/ou outras formas de contratação de serviços e aquisição de

produtos, bem como no estabelecimento de convênios e parcerias.

Meta 4: Instituir, a partir de 2014, a gestão adequada de resíduos sólidos, de efluentes e de gases.

Meta 5: Implantar, a partir de 2015, sistema de gestão das edificações que minimize o uso de energias não renováveis.

Meta 6: Estabelecer um guia de construção e manutenção sustentáveis para a UNILA.

Objetivo específico 2: Ampliar o debate sobre a importância dos princípios éticos e justiça social na sociedade.

Meta 1: Desenvolver agenda anual de palestras e outras atividades culturais e acadêmicas, dentro e fora da UNILA, com vistas à conscientização sobre a importância dos princípios éticos e da justiça social.

Como inclusão social pode-se analisar a política de assistência estudantil constante no PDI (pp. 55 a 59) que tem os seguintes objetivos.

Objetivo Geral: Auxiliar no provimento das condições necessárias aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de contribuir para permanência e conclusão do ensino superior de graduação.

Objetivo específico 1: Possibilitar o acesso dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica aos auxílios da Política de Assistência Estudantil da Universidade, priorizando alojamento, alimentação e transporte.

Meta 1: Regulamentar os programas que compõem a Política de Assistência Estudantil até 2014, bem como revisar anualmente os mesmos e divulgar o calendário de ações da Assistência Estudantil.

Meta 2: Realizar e divulgar os resultados do processo de avaliação socioeconômica dos estudantes, relacionando os auxílios a que o estudante terá direito antes de sua chegada a Foz do Iguaçu, a partir de 2014.

Meta 3: Definir, até meados de 2014, em conjunto com os docentes e discentes, os critérios do desempenho acadêmico de acordo com o acompanhamento pedagógico, os regimentos das moradias e do restaurante universitário e definições do uso dos espaços de interação com a comunidade.

Objetivo específico 2: Desenvolver um projeto institucional para assegurar o bem-estar físico, psíquico e social dos estudantes.

Meta 1: Instituir, a partir de 2014, orientações e espaços de debate sobre o cuidado da saúde alimentar, sexual, física e psíquica em geral, de modo a atuar

preventivamente.

Meta 2: Viabilizar, em 2014, um espaço adequado para atendimento da saúde no Campus.

Meta 3: Desenvolver projetos de incentivo à cultura, esporte e lazer com intuito de promover a integração da diversidade cultural dos estudantes a partir de 2014.

Objetivo específico 4: Aprimorar os processos de gestão da área de assistência estudantil, objetivando a transparência de suas ações e a participação da comunidade acadêmica.

Meta 1: Avaliar semestralmente, a partir de 2013, o processo de desenvolvimento da Assistência Estudantil, contando com a participação dos estudantes e do Fórum de Assuntos Estudantis e Comunitários (FAEC).

Meta 2 : Disponibilizar, a partir de 2014, e semestralmente, relatórios das atividades desenvolvidas pela área

O todo acima exposto, extraído do PDI, tem aqui o propósito de realização de um comparativo das ações previstas com as executadas pelas áreas da universidade (ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil), que são apresentadas a seguir.

3.2.2.1 Responsabilidade Social no Ensino (Graduação)

Em meio aos avanços e pressões impostas ao longo do tempo às organizações públicas e privadas, a responsabilidade social tornou-se atividade indispensável para o desenvolvimento das organizações, visto que a sociedade exige uma postura ética e social de suas instituições. No que tange à universidade, cabe ressaltar seu importante papel de difusora de conhecimento e promotora do desenvolvimento regional com o objetivo de formar cidadãos e profissionais críticos para o mercado de trabalho. Em uma universidade com vocação latino-americana, as questões sociais e seus imensos desafios no Brasil e nos demais países latinos são temas de discussões e esforços desde a criação da universidade.

A inclusão social permeia as ações da UNILA já na realização do primeiro processo seletivo, no qual foi estabelecido, aos ingressantes dos anos de 2010 a 2012, uma fórmula para que o estudante que houvesse concluído o ensino médio em escolas públicas tivessem uma nota diferenciada, acrescentando-se dez por cento na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para cada ano do ensino médio cursado em instituições públicas.

A partir do processo seletivo de 2014, a UNILA passou a realizar a seleção de alunos brasileiros utilizando-se do Sistema de Seleção Unificado (SiSU) do Ministério da Educação (MEC), aderindo, assim, à Lei 12.711/2012, que estabelece o regime de cotas que as universidades brasileiras devem reservar. Atualmente, a UNILA reserva 52% (cinquenta e dois por cento) das vagas destinadas aos estudantes brasileiros para os candidatos optantes pelo sistema de cotas estabelecido na lei supracitada.

Outra ação de inclusão social realizada pela UNILA é o processo de seleção Pró-Haiti, que possibilita aos refugiados haitianos, residentes no Brasil, ingressar na educação superior e, após formados, contribuam com a reconstrução de seu País.

Os componentes curriculares inseridos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) estimulam os estudantes a pensarem a sociedade em que vivem e de que forma podem contribuir para melhorar suas realidades. Os Principais componentes, que são comuns a todos os cursos de graduação, são os Fundamentos de América Latina I, II e III. Essas disciplinas têm como objetivo colaborar para um melhor entendimento da América Latina considerando os aspectos sociais, culturais, econômicos, estruturais, políticos dentre outros.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) e o Comitê Permanente de Iniciação Científica (Clic) lançam anualmente um edital que divulga o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica de Ações Afirmativas (PIBIC/Af-UNILA). O programa tem como objetivo, dentre outros proporcionar a participação dos estudantes que foram inseridos na universidade por uma ação afirmativa, como também favorece a participação no processo de formação sobre políticas afirmativas, informando sobre as políticas universitárias locais no combate às desigualdades sociais.

3.2.2.2 Responsabilidade Social no Ensino (Pós-Graduação)

Os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, coordenados pelo Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e continuada de Profissionais da Educação Básica (COMFOR), são programas baseados nas demandas encaminhadas pela Secretaria de Educação (SEB) e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Esses cursos corroboram no intuito de apoiar a qualificação dos professores da Educação Básica de Foz do Iguaçu e Municípios limieiros, contribuindo nas questões de transformação social e intelectual. Em 2015 foram ofertados 4 cursos de especialização, conforme se segue:

- curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva;
- curso de Especialização em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis
- curso de Especialização em Ciências e Matemática para Séries Finais – Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano
- curso de Especialização em Alimentos, Nutrição e Saúde para o Ensino de Ciências

Em relação aos programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, o mestrado de Integração Contemporânea da América Latina (ICAL) condiciona a alocação de 4 bolsas na utilização afirmativa: cota para comunidades tradicionais, indígenas e negros. Além disso, no ICAL há o estágio docente obrigatório para os bolsistas da CAPES e Demanda Social UNILA, em cursos de graduação, seja na UNILA ou em outras instituições públicas de ensino superior.

Já o mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino Americanos (IELA) conta como atividade obrigatória o estágio pedagógico, realizado pelos discentes do programa em escolas públicas brasileiras e/ou dos demais países latino-americanos. Os discentes podem realizar atividades artísticas, culturais, além de preparação de material didático para as instituições públicas de ensino, nos distintos níveis escolares.

3.2.2.3 Responsabilidade Social – Ações de Extensão

A política de Extensão Universitária da UNILA tem por objetivo ser um processo educativo, cultural e científico, articulado com o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, ampliando a relação entre a Universidade e a sociedade. A realização das suas ações ocorrem em diversas áreas do conhecimento segundo os preceitos da interação dialógica, interdisciplinar e interprofissional, e são implementadas sob a forma de programas, projetos, cursos, assessorias e consultorias, nas áreas técnica, científica, artística e cultural.

O objetivo da política de extensão vai ao encontro do objetivo geral da Extensão constante do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2013 – 2017) que é “Promover oportunidades de interação entre universidade e comunidade, possibilitando a troca de saberes e a mútua aprendizagem”, o que, conceitualmente e na prática, constitui um grande estímulo, não somente para a Pró-Reitoria de Extensão como para toda a UNILA, à prática da responsabilidade social nas ações universitárias junto à comunidade interna e externa.

O quadro abaixo demonstra as ações de extensão desenvolvidas em diversas temáticas contemplando compromissos com a inclusão social, ações afirmativas entre outros:

Quadro 7 - Áreas temáticas das ações de extensão

ÁREAS TEMÁTICAS	Edital 14/2014	Edital 08/2015	Auto-financiada
Comunicação	7	0	2
Inclusão Social	5	1	0
Educação, Letras e Língua	29	6	4
Saúde	17	3	0
Meio Ambiente	11	0	0
Cultura e Arte	21	2	2

Economia, Política e Desenvolvimento	13	1	0
Tecnologia e Produção	9	2	3
Direitos Humanos e Justiça	8	6	2
TOTAL	120	21	13
TOTAL 2015	154		

Fonte: PROEX

Em comparação com o ano de 2014, o número de ações de extensão mais do que dobrou ampliando também as áreas temáticas e a abrangência dos projetos na comunidade. A partir do aumento das ações de extensão, que potencializaram as parcerias com a sociedade civil dos municípios fronteiriços e a ampliação do público-alvo atendido/beneficiado pelas ações. O desenvolvimento de aproximadamente 154 ações de extensão em 2015 sinaliza uma importante tendência de crescimento dos projetos, parcerias e o atendimento do público-alvo, ampliando o diálogo com a comunidade interna (estudantes, técnicos e professores) e com os movimentos sociais e outros setores da comunidade externa, reforçando o compromisso com a responsabilidade social da Pró-Reitoria de Extensão. Vejamos a evolução histórica das ações de extensão no período 2010 – 2015 no Quadro abaixo:

Quadro 8 - Evolução das ações de extensão

EVOLUÇÃO DAS AÇÕES	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Curso	1	1	0	27	10	35
Projeto	1	16	33	37	56	96
Programa	0	6	13	13	2	0
Evento	1	1	2	7	7	23
Total	3	24	48	84	75	154

Fonte: Relatório de Gestão (2010-2015)

Constatamos uma expansão quantitativa e qualitativa das ações de extensão nos primeiros cinco anos da UNILA. Se levarmos em consideração a tramitação da seleção de ações para 2016 esses dados ganharão ainda maior consistência, inclusive pela inovação institucional que o edital de fluxo contínuo inseriu ao garantir o recebimento permanente de ações de extensão.

Outro indicador importante da capilaridade da ação de extensão se dá pelo número de membros participantes/envolvidos com ações de extensão. Mais detalhes no Quadro 9 abaixo:

Quadro 9 - Extensionistas

MEMBROS EXTENSIONISTAS	2010	2011	2012	2013	2014	2015
-------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Docentes	1	4	33	88	154	331
TAEs	1	2	0	4	44	56
Estudantes Bolsista (beneficiário)	-	57	71	125	150	111
Estudante Voluntário	25	78	51	48	136	157
Comunidade Externa	-	-	1	4	82	99
Total	27	141	156	269	566	754

Fonte: PROEX

Ainda que não tenhamos conseguido identificar a plenitude de todos os colaboradores de ações de extensão, haja vista que as ações envolvem muito mais agentes ao longo de sua execução, podemos constatar o ligeiro aumento da colaboração/participação de atores da comunidade externa nos referidos projetos. Como no exemplo da tabela anterior, levando-se em conta o edital de seleção em curso, a tendência dos dados é seguir em robusto crescimento. Esses indicadores vão justificando o princípio inequívoco da extensão de que esse expediente “é um meio eficiente para colaborar na criação de redes de conhecimento latino-americano e para inclusão de atores sociais locais, bem como para a própria inserção dos estudantes na comunidade” (Política de Extensão Universitária da UNILA, 2014, p.8).

Foram realizadas as seguintes ações de extensão ligadas à inclusão social, à sustentabilidade e às tecnologias: urbanismo nos territórios de fronteira: discutindo o direito à cidade nas escolas públicas; Memórias de fronteiras: as ações do estado brasileiro junto aos guaranis do oeste paranaense no século XX; Projeto: "geladeira coletiva"; Huerta agroecológica em casa: trabalhando con las familias de las zonas periurbana de Foz de Iguaçu – Brasil; Direito à poesia: círculos de leitura no Cresf e formação de mediadores de leitura; Educação Patrimonial - Etapa II: Debatendo Museologia Social na Educação Pública; Oficinas Papo Sério e Concurso de Cartazes sobre Lesbofobia, Transfobia, Travestifobia, Homofobia, Bifobia e Heterossexismo nas Escolas; Reestruturação Urbana e Social da Fronteira: Mapeamentos e Debates; Patrimônio Cultural de Foz do Iguaçu - Etapa II: mapeamento, registro e cadastro de bens; Dia da África; Cartografia do Devir no Quilombo de Apepu, Mapeamento de transformações sócio espaciais na arquitetura afro-brasileira; A importância da aquisição do conhecimento científico enquanto instrumento necessário à auto-organização social de sujeitos com deficiência visual na América Latina; Políticas públicas da educação superior.

Além disso, também possui as seguintes ações institucionais ligadas aos direitos humanos, como a coorganização da I Conferência Municipal dos Direitos LGBT e das Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária; e a construção, em conjunto com movimentos sociais, de debates sobre o dia 8 de Março, sobre Trabalho Escravo Contemporâneo e a Semana da Consciência Negra.

As ações ligadas à área de Culturas e Comunicação priorizam a diversidade cultural e a comunicação como fatores de desenvolvimento econômico e social para a valorização da identidade latino-americana, em parceria com as seguintes ações de extensão: Educação Patrimonial – Debatedo Museologia Social na Educação Pública; Patrimônio Cultural de Foz do Iguaçu – Mapeamento, Registro e Cadastro de Bens; Coral todocanto; Escola Livre de Teoria Musical; teatro musical; Revista Peabiru; Bonjour, Foz do Iguaçu; ORCIP; Orquestra de Violões; Ciclo Sonoro; Tandem - Pedalando Juntos em Espanhol; Coletivo teatral Contato-Improvisação; Como Uma Luva: teatro de Bonecos – um Instrumento de Extensão na Expressão da Comunidade; Introdução à Pedagogia Waldorf; Cursos de Verão – Matemática e Análise da Reta; Español em la Triple Frontera; Urbanismo nas Escolas; Introdução ao Comércio Exterior; Cine Arcadia; Panambi IV e Ciclo Unila, sem contar inúmeros eventos em que gerencia as apresentações culturais, não obstante o apoio quanto à infraestrutura de audiovisual.

No que tange à memória cultural, tem-se como foco as representações da memória, historicamente constituídas em sua diversidade cultural, orientando-se para a observação de produções linguísticas, discursivas, literárias e artísticas, consideradas em suas especificidades ou inter-relações. Vale ressaltar que aqui se considera memória cultural como um senso comum do qual derivam discursos identitários de diversas naturezas, que se cruzam e têm como objetivo perscrutar as diversas modalidades de inscrição historicamente constituídas da memória.

Já quanto ao segmento de produção artística, busca-se fazer reflexões e práticas norteadas pela tendência sociointeracionista, que pretende a mistura de produção, reflexão e apreciação de obras artísticas, tal e qual versado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, uma vez que é também papel da academia pensar o ensino, a pesquisa e a extensão a partir da produção histórica e social da arte e, ao mesmo tempo, garantir aos membros da comunidade acadêmica a liberdade de imaginar e edificar propostas artísticas pessoais ou grupais com base em intenções próprias.

Por fim, quanto ao patrimônio cultural, quer seja ele material ou imaterial, há que se pensar na cultura como um expediente que cresce em termos de importância na vida política e econômica, pois que o desenvolvimento humano não é compreensível nem realizável sem o reconhecimento do papel da criação cultural, em ligação estreita com a educação e a formação. Em suma, não faz mais sentido a oposição entre políticas públicas centradas no patrimônio histórico, em contraponto à criação contemporânea. Daí a necessidade de tal complementaridade, em que o patrimônio cultural recebe lugar de destaque.

Além disso, a instituição se faz representada nos Comitês Gestores da Feira de Artesanato e Alimentos, na Feira do Livro e no Carnaval, todos organizados pela Fundação Cultural de Foz do Iguaçu, além de representação junto ao Comitê Assessor de Acessibilidade e Inclusão e Comissão

de Políticas Linguísticas.

No quesito específico da transparência, nesse ano foram intensificados os esforços para a consolidação do SIGAA – Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas – Extensão, tendo em vista a melhoria da gestão com maior agilidade, ética e transparência das atividades extensionistas para toda a comunidade.

3.2.2.4 Responsabilidade Social – Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil tem papel importante no desenvolvimento de ações de responsabilidade social da Instituição.

Conforme consta no Plano de Desenvolvimento Institucional da Unila (PDI, 2013, p.54)

A concepção da Política de Assistência Estudantil da UNILA concretiza-se como o conjunto de suportes e ações direcionadas aos estudantes, referendadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Tais ações constituem-se em auxílios, que podem ser utilizados individual ou coletivamente, visando contribuir para a permanência do discente na Universidade. A concessão destes auxílios está vinculada a um conjunto de ações integradas à finalidade da formação acadêmica, sem assumir ou se justapor aos demais suportes sociais, caracterizados pela família, pela sociedade e pelas políticas públicas locais.

Concomitante a este processo, a Unila executa de maneira integral a Lei de cotas nas Universidades Federais nº 12.711/2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824. Isto faz com que nos processos de seleção, para ingresso nos auxílios de Assistência Estudantil da Unila, os estudantes cotistas tenham prioridade no atendimento e acesso as ações de Assistência Estudantil.

No ano de 2015, estudantes foram atendidos, de forma integral, com os auxílios de alimentação, moradia e transportes, nas modalidades disponibilizadas pela instituição. No processo de inclusão social e ampliação do acesso ao ensino superior, tais auxílios são estruturantes e fundamentais para fortalecer a permanência e a conclusão do ensino superior.

Na mesma lógica, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis contribui no processo inclusivo, construindo ações que combatam o preconceito e a discriminação, participando de projetos de extensão na universidade, bem como proporcionando serviços de atendimento social, psicológico e pedagógico ao conjunto de estudantes da universidade. Existem processos em desenvolvimento para a ampliação das ações acima citadas que se organizarão e serão materializadas a partir da disponibilidade financeira da instituição.

3.2.2.5 Responsabilidade Social – Acessibilidade

Outro aspecto da responsabilidade social refere-se às ações de participação ativa e efetiva

das pessoas com deficiência (PcD), estruturada a partir da Resolução COSUEN N° 011/2014 que instituiu o Núcleo de Apoio à Acessibilidade e Inclusão (NAAI) e o Comitê Assessor de Acessibilidade e Inclusão (CAAI).

O Núcleo tem o objetivo de promover o acesso, a integração e a permanência na UNILA dos membros da sociedade e da comunidade universitária, realizando ações que visam a transposição de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, educacionais e atitudinais.

A atuação do núcleo ocorre junto à comunidade externa, aos discentes, aos docentes e aos técnicos administrativos em educação que apresentem algum tipo de deficiência física ou com mobilidade reduzida, ou ainda com altas habilidades (superdotação) ou distúrbios de aprendizagem.

Atuar nessas diferentes frentes é desafiador e nesse sentido a operacionalização das atividades ocorrem em dois eixos: Informação/ Divulgação e Atuação/Intervenção. A equipe do NAAI divulga sua atuação por meio de palestras e mídias digitais da universidade, mostrando à comunidade acadêmica e à externa que a inclusão está sendo trabalhada e estruturada pela equipe. A atuação do Núcleo é realizada com atendimentos a pessoa com deficiência na universidade ou quando o atendimento é solicitado.

3.2.2.6 Responsabilidade Social – Sustentabilidade

No que tange à sustentabilidade, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, em 22/11/2014, foi emitida a Portaria 1.062/2014 que instituiu a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UNILA. A comissão ficou responsável pela elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável, que pode ser considerado uma ferramenta de planejamento para estabelecimento de práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

A finalização do documento ocorreu em maio de 2015, quando foi encaminhado para apresentação ao Conselho Universitário, contudo, as reuniões do conselho foram suspensas em função da discussão do tema da paridade. Atualmente, aguarda-se a definição da forma de institucionalização do plano, para que ações que envolvem a redução de consumo possam ser implementadas.

3.3 Políticas de Gestão (Eixo 4)

As políticas de gestão serão analisadas segundo a perspectiva das políticas de pessoal (Dimensão 5), Organização e Gestão da Instituição(Dimensão 6) e da Sustentabilidade Financeira (Dimensão 10).

3.3.1 Políticas de Pessoal (Dimensão 5)

As políticas de gestão de pessoas estão previstas, em grande parte, pelo PDI, principalmente no que tange à modernização da administração pública e à valorização das pessoas na medida em que estabelece que são foco prioritário de suas políticas.

Para o alcance de suas pretensões estabelece ainda:

Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento, acompanhamento e o bem-estar dos servidores para que possam contribuir à missão institucional.

Objetivo específico 1: Planejar ações que contribuam ao desenvolvimento profissional e pessoal dos servidores.

Meta 1: Instituir o Programa Institucional de Desenvolvimento Profissional – PIDP até 2014.

Meta 2: Estabelecer políticas contínuas de promoção da saúde física e mental dos servidores.

Objetivo específico 2: Desenvolver projetos que visem o acompanhamento e desenvolvimento dos profissionais da instituição.

Meta 1: Institucionalizar Avaliação de Desempenho até 2014.

Meta 2: Implantar, até 2014, a gestão de pessoas por competências na UNILA.

Meta 3: Elaborar diagnóstico anual da relação entre o pessoal existente e a necessidade da Instituição.

Meta 4: Criar até 2014 o manual do servidor.

Meta 5: Instituir a Avaliação de Estágio Probatório até 2014.

Da leitura dessas metas, depreende-se o grau de importância do Programa Institucional de Desenvolvimento Profissional (PIDP), ao ser apresentado como a primeira meta, cujo foco é qualificação docente para alcançar os objetivos e a missão institucional da UNILA, bem como nas atividades destinadas a contribuir com o domínio dos idiomas oficiais (português e espanhol), o desenvolvimento de visões focadas na realidade multicultural da instituição, na perspectiva interdisciplinar e na reflexão acerca da integração latino-americana e caribenha (PDI, 2013, pp. 53-54).

Prevê, também, a criação da Comissão de Avaliação de Desempenho (CAD), responsável pela avaliação dos docentes em estágio probatório, em conjunto com a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) que deverá estudar quais dificuldades e potencialidades existentes na execução das atividades da carreira docente (PDI, 2013, p. 54).

O PDI não traz inovações para as carreiras dos servidores, pois estas são estruturadas e orientadas por leis e regulamentações da União. Porém, traz como política local o Plano Anual de

Capacitação, por intermédio do qual “busca identificar as necessidades institucionais e pessoais a fim de se orientar a capacitação e aperfeiçoamento do quadro de servidores” (PDI, 2013, pg 54).

3.3.1.1 Perfil da Gestão de Pessoas

O quantitativo de pessoal da Unila está compreendido conforme o Quadros 10 e a titulação dos servidores docentes e técnico-administrativos está ilustrada no Quadros 11 e 12:

Quadro 10 - Quantitativo de pessoal

CATEGORIA	VÍNCULO	Total	Admissões	Vacâncias	Total
		2014	2015	2015	12/2015
Técnico-administrativo	-	499	35	22	512
Docente	Efetivo	250	72	8	314
	Visitante	12	5	6	11
	Substituto	3	5	4	4
	Exerc. Provisório	2	1	1	2

Fonte: PROGEPE

Quadro 11 - Titulação dos servidores

TITULAÇÃO	QUANTIDADE	
	TAE	DOCENTE
DOCTORADO	02	233
MESTRADO	55	91
ESPECIALIZAÇÃO	172	06
GRADUAÇÃO	150	-
ENS MÉDIO + TÉCNICO	124	-
ENSINO MÉDIO	09	-
TOTAL	512	330

Fonte: PROGEPE

Quadro 12- Regime de Trabalho dos servidores docentes

REGIME DE TRABALHO	QTDE
DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	302
40 HORAS	27
20 HORAS	01
TOTAL	330

Fonte: PROGEPE

3.3.1.1.1 Plano de Carreira

Com relação à carreira docente, houve reformulação de acordo com a Lei N° 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei n° 7.596, de 10 de abril de 1987.

Posteriormente a Lei n° 12.863, de 24 de setembro de 2013 alterou alguns dispositivos da

Lei nº 12.772/2012.

A Portaria MEC nº 554/2013, de 20 de junho de 2013, estabelece as diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção dos servidores pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, de que trata o capítulo III, da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

A Lei nº 12.772/2012, dispõem sobre a estrutura do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Superior, considerado ingresso, o desenvolvimento e os incentivos, bem como as possibilidade de regime de trabalho.

3.3.1.1.1.1 Políticas de Capacitação e de acompanhamento do trabalho docente e formas de sua operacionalização

O Decreto Nº 5.707/2006 instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamentou os dispositivos da Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Serão destacadas, abaixo, as finalidades, as diretrizes e os instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas de acordo com o Decreto Nº 5.707/2006.

3.3.1.1.1.1.1 Finalidades:

- melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;
- desenvolvimento permanente do servidor público;
- adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual;
- divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e
- racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.

3.3.1.1.1.1.2 Diretrizes:

- incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais;
- assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho;

- promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento;
- incentivar e apoiar as iniciativas de capacitação promovidas pelas próprias instituições, mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos de servidores do próprio quadro de pessoal;
- estimular a participação do servidor em ações da educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional;
- incentivar a inclusão das atividades de capacitação como requisito para a promoção funcional do servidor nas carreiras da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e assegurar a ele a participação nessas atividades;
 - avaliar permanentemente os resultados das ações de capacitação;
 - elaborar o plano anual de capacitação da instituição, compreendendo as definições dos temas e as metodologias de capacitação a serem implementadas;
 - promover entre os servidores ampla divulgação das oportunidades de capacitação; e
 - priorizar, no caso de eventos externos de aprendizagem, os cursos ofertados pelas escolas de governo, favorecendo a articulação entre elas e visando à construção de sistema de escolas de governo da União, a ser coordenado pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.

3.3.1.1.1.3 Instrumentos:

- plano anual de capacitação;
- relatório de execução do plano anual de capacitação; e
- sistema de gestão por competência.

3.3.1.1.2 Plano Anual de Capacitação

Na UNILA, o Plano Anual de Capacitação – PAC, é construído coletivamente e contempla as ações apresentadas como demandas saneadoras de lacunas existentes no que tange o desenvolvimento das atividades, considerando o planejamento das unidades acadêmicas e administrativas. No ano de 2015, o Levantamento de Necessidades de Capacitação – LNC foi realizado e resultou no Plano Anual de Capacitação – PAC encaminhado para a aprovação na 21ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário – CONSUN, por meio do Processo 23422.006262/2015-15, no entanto, a relatoria não foi discutida na reunião, bem como não houve reuniões posteriores no decorrer do ano.

A Gestão por Competências é norteadora à gestão da capacitação, sendo sua implementação uma das ações elencadas no planejamento institucional e previstas no planejamento da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE para o próximo ano.

O PDI contempla o Programa Institucional de Desenvolvimento Profissional (PIDP) que objetiva a qualificação docente, visando ao desenvolvimento profissional e também servirá de meio para alcançar os objetivos e a missão institucional da UNILA, contribuindo para o desenvolvimento dos planos institucionais de qualificação e formação continuada profissionais, orientados para a análise aprofundada da temática regional latino-americana e caribenha. Em relação à concessão de afastamentos, a mesma está amparada no Art. 30 da Lei N° 12.772 de 28 de dezembro de 2012.

No âmbito local, a Resolução N° 008/2014 de 30 de Abril de 2014, normatiza os procedimentos para a concessão de afastamentos para capacitação dos servidores integrantes da Carreira do Magistério Superior.

A previsão dos afastamentos deve ser realizada por meio do Plano Quinquenal de Capacitação – PQC, conforme determina os Art. 4º, 5º e 6º da Resolução N° 008 de 30 de abril de 2015:

Art. 4º Na operacionalização da Política de Capacitação, levando em consideração o conjunto de atividades que realiza, cada unidade acadêmica deverá elaborar um Plano Quinquenal de Capacitação (PQC), seguindo diretrizes do PIPD, no qual devem constar as necessidades de qualificação dos servidores que a compõem.

§ 1º O PQC de cada Instituto poderá ser ajustado anualmente, mediante justificativa e aprovação do respectivo Conselho.

§ 2º Para cada afastamento planejado, deverá acompanhar no processo, demonstração da forma de substituição do docente nas suas atividades, com anuência do Diretor da Unidade Acadêmica onde se encontra vinculado.

§ 3º No PQC dos Institutos referido no caput deste artigo, deverão constar:

I - composição do quadro docente lotado na Unidade, contemplando tempo de serviço, nível de qualificação, situação funcional, previsão de aposentadorias, carga horária em atividades letivas nos últimos dois anos (média anual) e cargos administrativos exercidos;

II - as atividades em realização ou projetadas durante o período de validade do plano;

III - quadro com projeção dos recursos humanos a serem capacitados em seus respectivos níveis de qualificação;

IV - a definição de áreas prioritárias de capacitação.

§ 4º O PQC de cada Instituto deverá ser submetido a aprovação pelo CCC.

Art. 5º Caberá aos Institutos zelarem para que o quantitativo referente aos docentes substitutos não supere a proporção de vinte por cento do quantitativo de docentes efetivos de sua Unidade Acadêmica, bem como atender ao disposto no Decreto no 7.485/2011.

§ 1º A inobservância do disposto no caput, implicará a impossibilidade de análise de solicitação com a finalidade mencionada.

§ 2º Se houver justificativa para a inobservância de que trata o parágrafo anterior, ela deverá ser submetida pelo Diretor do Instituto ao CCC.

§ 3º A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) deverá informar aos Institutos sobre o banco de professor-equivalente da Instituição, discriminado por

Unidade Acadêmica.

Art. 6º Para a elaboração do PQC dos Institutos, obedecendo o Art. 4º desta Resolução, deverão ser observados os seguintes prazos:

I - até 30 dias após a data da solicitação, as subunidades acadêmicas (Centros Interdisciplinares) deverão elaborar e encaminhar seu Plano de Capacitação aos respectivos Institutos;

II - até 30 dias, a contar da data da entrega dos planos específicos de capacitação pelas subunidades, os Institutos deverão consolidar e submeter o Plano de Capacitação do Instituto, após aprovação em seu Conselho, ao CCC;

III - até 30 dias, a contar da data de entrega do CCC, o PQC dos Institutos deverá ser analisado;

IV - após a aprovação dos Planos dos Institutos, o CCC consolidará estes conjuntamente em um Plano Quinquenal de Capacitação da Instituição.

Parágrafo único. A não observância dos prazos para o encaminhamento do Plano de Capacitação implicará o indeferimento dos processos constituídos pelos docentes que estiverem pleiteando afastamento.

O PQC foi discutido nas reuniões do Conselho Consultivo de Capacitação – CCC, no entanto, a sua elaboração está sendo planejada para o ano de 2016.

O Decreto Nº 5.707/2006 instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamentou os dispositivos da Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Conforme o Decreto, a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal – PNDP, institui como uma de suas finalidades o desenvolvimento permanente do servidor de modo que o mesmo possa adequar e adquirir as competências necessárias inerentes aos objetivos da instituição. O documento afirma, ainda, que cabe à entidade da administração pública federal o incentivo e apoio ao servidor público em suas iniciativas de capacitação, como participação em cursos presenciais voltados para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais. Por fim, cita que o Plano Anual de Capacitação corresponde a um dos instrumentos da PNDP.

A Seção de Acompanhamento de Desempenho e Carreiras – SADECA, pertencente ao Departamento de Desenvolvimento Profissional e Pessoal – DDPP da PROGEPE, analisa a conformidade do processo de progressão, após acompanhamento e análise da CPPD, que tem assumido as atribuições da Comissão de Avaliação de Desempenho – CAD, até que esta esteja em pleno funcionamento, conforme o estabelecido pela Portaria UNILA nº 834, de 22 de novembro de 2013, e pelo art. 29 da Resolução nº 007/2014, de 30 de abril de 2014.

No exercício de 2015, a CPPD entrou em contato com esta Progepe solicitando auxílio na regulamentação da CAD, culminando na publicação da Portaria Unila nº 330/2016, de 10 de março de 2016, que institui Grupo de Trabalho – GT, destinado a elaborar a minuta de implantação das Comissões de Avaliação de Desempenho Docente na Unila, composta por 2 membros da CPPD e dois da Progepe.

Quanto ao Manual do Servidor, a Progepe, em conjunto com Proplan, fomentou a criação de um Grupo de Trabalho para mapeamento dos processos da Progepe, instituído pela Portaria Unila nº 372/2015, de 10 de abril de 2015, que dentre seus objetivos tinha a criação do Manual do Servidor com vistas a auxiliar as questões legais, discriminando quem pode solicitar, quais as documentações necessárias, entre outros dados. No decorrer dos trabalhos, optou-se por separar a construção do Manual do Servidor, utilizando para tal Manual de Normas de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, elaborado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento de Pessoal – CNDP, no ano de 2012, atendendo com isto o objetivo estabelecido no PDI, contudo, com intenção de continuidade dos trabalhos de mapeamento de qualquer atividade inerente a área de gestão de pessoas, focando no detalhamento de orientações sobre legislação, procedimento, documentos necessários, quem poderia solicitar, entre outras informações relevantes.

O Conselho Consultivo de Capacitação foi criado no art. 3º da Resolução 008/2014, de 30 de abril de 2014, *in verbis*:

Art. 3º Fica constituído o Conselho Consultivo de Capacitação (CCC), integrado pelos Pró-Reitores de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão e pelos Diretores dos Institutos, cuja função é planejar, fomentar, acompanhar e avaliar a política de capacitação de docentes da UNILA, ouvida a Coordenação Permanente de Pessoal Docente (CPPD), e elaborar o Programa Institucional de Desenvolvimento Profissional (PIDP) para cada período de cinco anos, para tratar das qualificações descritas pelos incisos II a IV do art. 2º.

Ressalta-se que na versão aprovada pelo Conselho Universitário (CONSUNI), a Progepe figurava fora do CCC, apesar de ter solicitado no decorrer do processo. Porém, tendo em vista que o Conselho ficou sem reuniões e portanto sem deliberações até dezembro de 2015, a Progepe após receber alguns questionamentos e cobranças das áreas que faziam parte da instância, convocou uma reunião de esclarecimentos, bem como se propôs a coordenar as reuniões junto ao CCC, que ocorreram durante tal exercício com definição de critérios a serem utilizados pelas Direções Colegiadas dos Institutos para apreciação das solicitações de afastamento docente, bem como minuta de portaria para regulamentação destes critérios e início dos trabalhos para constituição do Plano Quinquenal de Capacitação. As reuniões devem retornar a partir do mês de abril de 2016.

3.3.1.2 Corpo Técnico-Administrativo em Educação (TAE)

O procedimento para definição da lotação dos servidores TAE é baseado nas necessidades das unidades, na descrição das atribuições do cargo, bem como na avaliação da experiência profissional e formação do servidor.

3.3.1.2.1 Plano de carreira e capacitação dos TAE

Em relação ao plano de carreira dos servidores TAE, estes estão enquadrados conforme a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação(PCCTAE), no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e trata do ingresso, do desenvolvimento e dos incentivos.

A Resolução Nº 010/2013 aprovada pelo CONSUN, institui a Política de Formação e Capacitação do Servidores Técnico-Administrativos em Educação.

A Resolução Nº 016/2014/CONSUN, de 27 de maio de 2014, que normatiza os procedimentos para concessão de afastamentos de curta duração, licença para capacitação, afastamentos para Pós-Graduação Stricto Sensu e Pós-Doutorado de servidores Técnico-Administrativos em Educação da UNILA.

3.3.1.2.1.1 Ações de capacitação e de promoção

Servidores que participaram de ações realizadas internamente, ou seja realizadas pela área Seção de Capacitação e Desenvolvimento – SECADES/DDPP:

Quadro 13 - Quantitativo de servidores participantes de capacitação

TIPO DE AÇÃO	DOCENTES	TAE
Internas	35	297
Externas	4	58

Fonte:DDPP/PROGEPE

Ressalta-se que os números correspondem a servidores que participaram de ações de capacitação internas e externas até o dia 01 de dezembro de 2015. Todavia, um mesmo servidor pode ter participado de mais de uma ação interna e/ou externa.

Em virtude da data citada e a impossibilidade de realização de pagamento de diárias cadastradas no SCDP em atendimento ao Decreto 8.580 de 27 de novembro de 2015, não estão inseridas as ações de capacitação externa de 2 servidores da Ouvidoria, 2 servidores da SECIC e 1 PROEX com previsão de realização entre o período de 02/12/15 a 29/01/2016.

Por alusão ao Dia do Servidor, foram realizadas duas palestras: i)Alimentação Saudável e ii)Qualidade de vida no trabalho e saúde mental.

3.3.1.2.1.2 Políticas e atividades de atenção à saúde dos servidores:

a) Ações relacionadas à Fisioterapia

Em janeiro, foi feita uma pesquisa para identificar quantos servidores tinham interesse em participar das atividades de Cinesioterapia Laboral. A pesquisa subsidiou a reestruturação e implantação do serviço, que pretendeu abranger a maior quantidade de servidores possível, respeitando as limitações do departamento. No total, 140 servidores responderam ao questionário manifestando interesse. A partir das respostas, a atividade foi reestruturada e retomada em fevereiro. As unidades do PTI, Almada e Centro tiveram 22, 02 e 08 servidores inscritos respectivamente e portanto foram atendidas com uma turma de Cinesioterapia laboral cada. Um total de 111 servidores da Vila A se inscreveram e foram divididos em várias turmas. A atividade teve duração máxima de 15 minutos e todas as unidades foram atendidas 2 vezes na semana. Nesta atividade foram atendidos em média 7 servidores e 5 trabalhadores terceirizados a cada encontro na unidade Centro; no PTI 10 servidores; na unidade Almada 9 servidores e 1 trabalhador terceirizado; enquanto na Vila A foram atendidos 156 servidores e 9 trabalhadores terceirizados. A atividade perdurou até o mês de maio, quando foi deflagrada a greve dos servidores técnicos administrativos em educação.

Foi realizado estudo para a preparação de palestras demandadas pelo DPVS e pela PROGEPE. A palestra “O papel da atividade física na qualidade de vida”, foi ministrada durante o dia do Servidor.

A oficina "Como prevenir lesões musculoesqueléticas durante a prática esportiva" foi ministrada durante o dia do servidor.

Intervenção durante a ambientação dos novos servidores com dicas de alongamento e postura.

Avaliação dos postos de trabalho e ajustes possíveis para os servidores com necessidades especiais e servidores que apresentavam quadros dolorosos intensos.

Orientações para servidores que apresentam alguma patologia, especialmente do sistema musculoesquelético.

b) Ações relacionadas à Psicologia

- acompanhamento dos servidores PCD em parceria com o Núcleo de Acessibilidade através de contato com os mesmos e reuniões com as respectivas chefias,
- orientação Psicológica de servidores totalizando 6 (seis),
- evento Comemorativo do Dia das Mães em conjunto com o SST, com a presença de 30

(trinta) servidores,

- elaboração do projeto de atuação em psicologia do trabalho junto aos gestores, que será realizado em parceria com o DDPP no ano de 2016.

c) Ações relacionadas à saúde do servidor

- agendamento e realização de exames médicos admissionais, totalizando 99 admissionais, 10 perícias, 1 periódico;

- consultas médicas individuais 14, atendimentos de enfermagem 12;

- admissionais realizados para outras instituições, totalizando 21 IFPR e 1 UFPR;

- tabulação de dados laboratoriais de todos servidores atendidos;

- levantamento dos servidores expostos ao risco químico;

- informe sobre o funcionamento do serviço e telefones úteis em caso de emergência;

- elaboração do relatório mensal de atendimentos clínicos;

- visita hospitalar ao servidor internado vítima de acidente de trabalho;

- elaboração dos POP – Procedimento operacional padrão;

- elaboração da orientação formal sobre entrega de atestados, disponível na wiki e enviada via memorando aos gestores;

- elaboração de textos referente à saúde divulgados na seção de qualidade de vida no informativo *La Semana Unilera*;

- planejamento, divulgação e execução do programa Bem Gestar;

- convite e participação da Coordenadora do Banco de Leite Humano – Foz;

- ação integrada com o Grupo Moara (Equipe de saúde PRAE);

- planejamento, divulgação do programa Mais Saúde. As ações não foram desenvolvidas, 26 servidores foram convidados e apenas dois demonstraram interesse de participar;

- pesquisa de Mercado, dos itens para compra, orçando todos os produtos e serviços com três fornecedores;

- colaboração na elaboração do Termo de Referência para aquisição de bens/serviços;

- recebimento dos atestados médicos dos servidores e inclusão dos dados em planilha de controle e também no módulo do SIGRH. Com os dados da planilha citada será possível verificar as maiores causas de afastamentos dos servidores e, a partir disso, desenvolver ações de promoção à saúde;

- abertura de processos de licença para tratamento de saúde dos servidores que necessitam passar por perícia;

- realização de 5 perícias médicas e 3 juntas médicas de servidores da UNILA, através da unidade SIASS/INSS/FOZ DO IGUAÇU;

- solicitação e realização de perícias e juntas médicas em trânsito para 06 (seis) servidores da UNILA, através dos seguintes órgãos: SIASS do INSS de Dourados, SIASS da UFGD, SIASS da UTFPR/Pato Branco, SIASS da UNIFESP, SIASS da UFSC e SIASS da UFMG.

3.3.1.2.1.3 Serviço de Segurança do Trabalho - SST

As atividades do SST foram desenvolvidas conforme o que se segue:

- foi registrado um total de 16 solicitações de insalubridade e periculosidade, sendo uma delas respondida pelo serviço, três repassadas ao Engenheiro de Segurança do Trabalho lotado na Secretaria de Implantação do Campus e as demais estão em andamento;

- foram atendidos 15 memorandos em resposta a solicitações de vistoria na área de segurança do trabalho;

- a distribuição de equipamentos de proteção atendeu 13 servidores, em que, foram distribuídos 11 calçados de proteção, 01 caixa de luvas de látex descartáveis, 02 máscaras de proteção tipo PFF1 e 05 capacetes;

- acordou-se com a Secretaria de Comunicação Social a impressão dos mapas de riscos para o ano de 2016;

- realizou-se 01 fluxograma de processo para a solicitação de adicional de insalubridade e periculosidade;

- foram mapeados um total de 9 processos através de Procedimentos Operacionais Padrão e de Fluxogramas;

- verificou-se periodicamente as condições de extintores e mangueiras de incêndio, garantindo as condições de usabilidade dos mesmos;

- realizou-se a manutenção das mangueiras de incêndios e a recarga e manutenção dos

extintores;

- participação em parceria com o Parque Tecnológico de Itaipu da CIPA – PTI: atividades de incentivo à alimentação saudável, cuidados no trânsito, campanhas de saúde como o outubro rosa e dia mundial de combate a AIDS, auxílio na organização da II Corrida Noturna como incentivo à prática esportiva, entre outros;

- iniciou-se o processo da Comissão Interna de Saúde do Serviço Pública – CISSP que estará em condições de implantação em 2016;

- realizou-se processos de compras de EPIs e equipamentos de medições para verificações ambientais;

- realizou-se a campanha de prevenção de acidentes de trânsito “Maio Amarelo” através de informes, vídeos e visitas às salas de trabalho dos servidores;

- implantação do gerenciamento de riscos por meio da Inspeção de Higiene e Segurança do Trabalho – IHST, onde são fiscalizados: o uso dos equipamentos de proteção bem como as condições do equipamento e a necessidade de uso de outros equipamentos de proteção, é feita a verificação dos sistemas de combate e prevenção à incêndios (extintores, hidrantes, sinalização de emergência, saídas de emergência e luminárias de emergência), fiscalizações demandadas pelos setores via memorando e fiscalizações gerais a respeito do espaço de trabalho dos servidores;

- início dos trabalhos de fiscalização de segurança do trabalho em contratos de mão de obra terceirizadas, através de check list de extintores, acompanhamento das atividades, registro de Comunicados de Acidentes de Trabalho e registro de ocorrências no livro do fiscal, atuando em 3 contratos de prestação de serviço firmados pela UNILA;

- realização de 11 laudos de insalubridade e periculosidade para outras instituições do Serviço Público Federal, por meio do SIASS;

- elaborou-se o Programa de Proteção Respiratória – PPR;

- realizou-se a palestra “O papel dos pais na criação e proteção dos filhos” em comemoração ao dia das mães;

- iniciou-se processo de compra para recarga dos extintores incluindo-se já o prédio da Uniamérica que será utilizado a partir de janeiro de 2016;

- devido a mudança para o prédio da Uniamérica, onde vários servidores estarão mudando seus postos de trabalho a execução dos Programas de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA foram adiados de outubro deste ano para janeiro de 2016.

3.3.1.2.1.4 Saúde Suplementar – Auxílio *per capita*

As atividades relacionadas à Saúde Suplementar do servidor foram realizadas da seguinte forma:

- foram prestadas informações sobre o benefício *per capita* com base na Portaria Normativa nº 5 de 11 de outubro de 2010 e como requerê-lo a todos os servidores que buscaram informações via email, por telefone e pessoalmente no DPVS, muitos deles advindos do DAP logo após a tomada de posse no cargo;

- foi realizado o registro e controle da quantidade de beneficiários titulares e dependentes, tanto dos servidores possuidores de planos particulares quanto os que possuem planos através do convênio da instituição com a empresa ALIANÇA;

- foi realizado o registro e controle do pagamento de mensalidades dos beneficiários possuidores de planos particulares;

- foi efetuado o lançamento de 100% dos benefícios *per capita* na folha de pagamento dos servidores, sob o critério da apresentação de comprovação de pagamento, tanto retroativo como dos meses correntes;

- foram abertos um total de 136 processos de solicitação do benefício e foram concedidos um total de 156 benefícios, considerando os servidores e seus dependentes legais que fazem jus ao recebimento do benefício segundo o disposto na Portaria Normativa nº 5 de 11 de outubro de 2010,

- houve no período de 2015 um decréscimo do número de servidores que se utilizam dos planos de saúde da Administradora Aliança, sendo a alta dos valores praticados o motivo relatado pelos servidores para a escolha de novos planos;

- o caráter diferenciador dos números de benefício concedido de 2014 em relação a 2015 é o acréscimo de processos de inclusão de dependente ao auxílio *per capita* nesse último ano;

- procedeu-se a digitalização dos processos abertos até maio de 2015, para posterior alimentação do módulo Plano de Saúde;

- realizaram-se reuniões, sob orientação da SEAIP, sobre a implantação do módulo Plano de Saúde para envio e aceite dos comprovantes de pagamento, hoje recebidos exclusivamente por e-mail saude.suplementar@unila.edu.br, e posterior utilização desse módulo para solicitações de auxílio.

A área avalia de forma positiva o resultado dos trabalhos em 2015, apesar do período de greve, ressaltando o esforço empreendido por toda a equipe no alcance dos resultados.

O planejamento para o ano de 2016 será o de ampliar a oferta de serviços, o que só pode ser viabilizado mediante a ampliação do quadro de servidores e aquisição de espaço e materiais

necessários à realização das atividades programadas.

É essencial, para o bom andamento do serviço de segurança do trabalho na Unila, a expansão do setor com a convocação de um técnico de segurança do trabalho e um assistente em administração.

3.3.2 Organização e Gestão da Instituição (Dimensão 6)

A Gestão Administrativa da Instituição está pautada por princípios e métodos com vistas à viabilização da infraestrutura necessária ao pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, inclusive no que concerne às pessoas com necessidades especiais. Dessa forma, segundo o PDI, a gestão administrativa está condicionada ao que se segue:

Objetivo Geral: Desenvolver processos de gestão universitária para otimizar os recursos disponíveis, de modo a apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UNILA.

Objetivo específico 1: Desenvolver a cultura de planejamento na UNILA para sensibilizar a comunidade universitária acerca dos benefícios gerados pelo planejamento.

Meta 1: Estabelecer, na agenda de 2014, encontros de trabalho coletivo com comunidade universitária para o debate sobre o planejamento anual.

Meta 2: Elaborar o planejamento anual da UNILA, com a participação da comunidade, a partir de 2014.

Objetivo específico 2: Levantar as necessidades institucionais, visando garantir a infraestrutura adequada para o desenvolvimento institucional com base nos limites orçamentários.

Meta 1: Definir anualmente as necessidades de infraestrutura física (aquisição, reforma, construção, utilização de espaço), de manutenção, de transporte, de material de uso comum e permanente, contratando os serviços necessários.

Meta 2: Implantar plenamente o SIG (Sistemas Integrados de Gestão) até final de 2014.

Objetivo específico 3: Disponibilizar informações que possibilitem o acesso à informação visando à transparência na utilização dos recursos públicos.

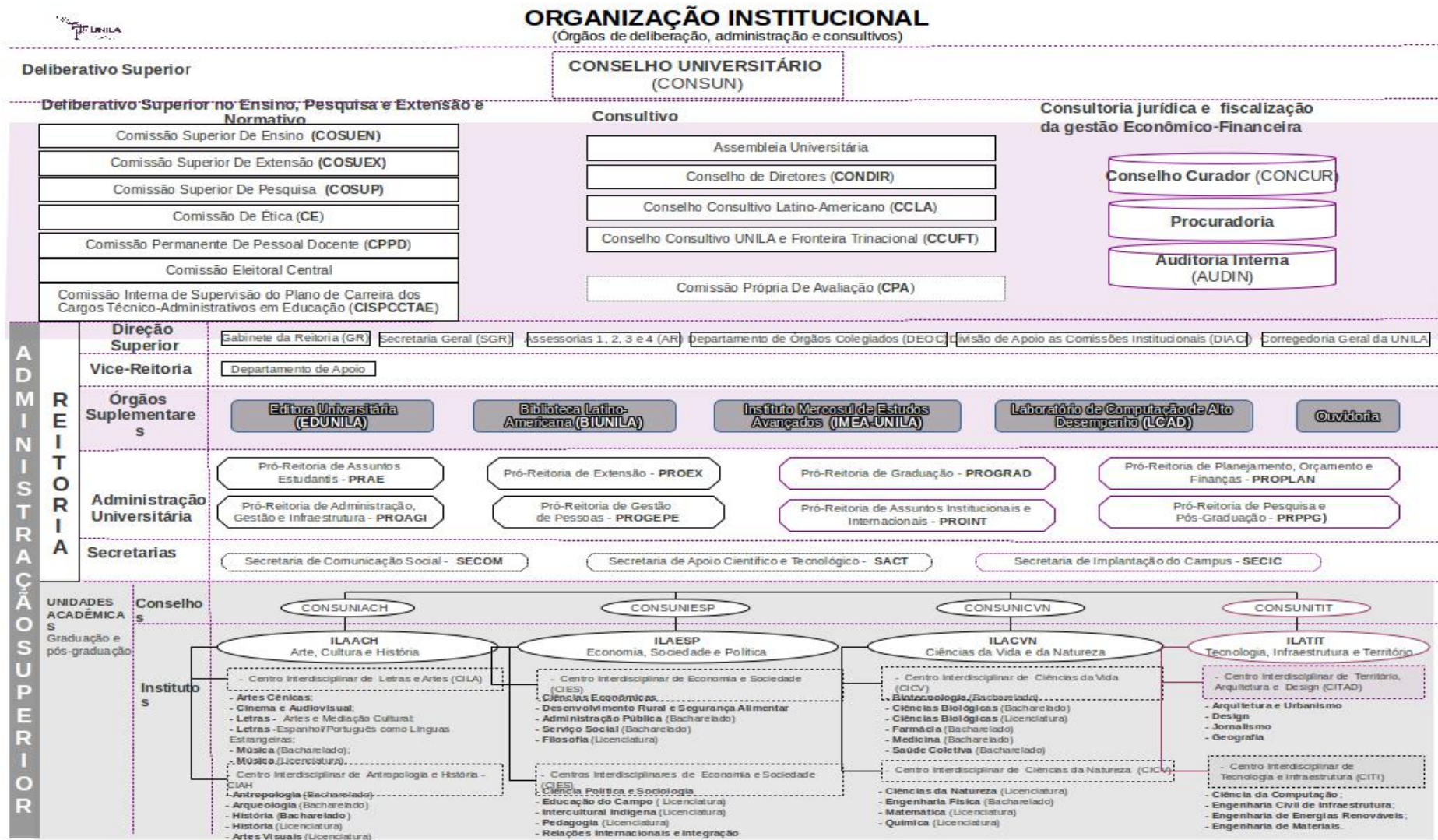
Meta 1: Atender a 100% dos pedidos de acesso à informação.

Meta 2: Realizar a auditoria anual, por amostragem, de pelo menos 10% dos processos movimentados na UNILA.

3.3.2.1 Organograma

A organização está estruturada conforme o organograma abaixo, instituído pela Resolução Conselho Superior Deliberativo *Pro Tempore* nº 009, de 28 de junho de 2013, alterada pela Resolução Conselho Superior Deliberativo *Pro Tempore* nº 15, de 24 de janeiro de 2013.

Figura 2 - Organograma Institucional



Fonte: DPE/PROPLAN

3.3.2.2 Pró-Reitoria de Graduação

A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), por meio de seus Departamento e Divisões, é responsável pela definição das Políticas de ensino no âmbito da Graduação, a elaboração de normas acadêmicas, bem como o acompanhamento do funcionamento dos cursos de Graduação. Estas ações são empreendidas em consonância com as políticas de graduação do MEC, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade.

A missão da PROGRAD abrange desde os procedimentos vinculados à implantação dos cursos de graduação até seus processos de reconhecimento, passando pelo acompanhamento e atividades de suporte que primem promovam o pleno desenvolvimento dos mesmos. Também abrange o processo de seleção de estudantes brasileiros, o acompanhamento de suas trajetórias acadêmicas e a produção das normas que regulamentam as diferentes atividades inerentes à graduação.

A principal norma, que estabelece os procedimentos e regras acadêmicas, existente na UNILA é Portaria 429/2011, ainda vigente, no entanto, há uma comissão instituída, trabalhando em sua revisão.

A Comissão Superior de Ensino, órgão consultivo, normativo e deliberativo na área de sua competências com atribuições e funcionamento definidos no Regimento Geral da Universidade (Art. 18 do Estatuto), tem como competência:

Art. 30. São competências da Comissão Superior de Ensino:

- I. Fixar normas gerais para a organização, funcionamento, avaliação e alterações de cursos de graduação e pós-graduação;
- II. Aprovar os currículos dos cursos de graduação e pós-graduação observadas as diretrizes nacionais curriculares, bem como suas alterações;
- III. Manifestar-se sobre propostas de criação, modificação ou extinção de cursos de graduação e pós-graduação;
- IV. Regulamentar a admissão, transferência, desligamento e reintegração de alunos;
- V. Regulamentar a avaliação de desempenho acadêmico, o aproveitamento de estudos e bolsas de natureza acadêmica;
- VI. Regulamentar a revalidação de diplomas estrangeiros;
- VII. Deliberar sobre a redistribuição de vagas entre os cursos de graduação da Universidade, ouvidas as Unidades e demais setores envolvidos;
- VIII. Elaborar, ouvida a Comissão Permanente de Pessoal Docente, normas disciplinadoras de dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas; contratação e admissão de professores efetivos, visitantes e substitutos; alteração de regime de trabalho docente; avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional; solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado e liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições a serem submetidas ao Conselho Universitário;
- IX. Deliberar sobre o preenchimento de vagas remanescentes dos cursos de graduação da Universidade, ouvidas as Unidades e demais setores envolvidos;

- X. Propor o calendário acadêmico e alterações deste;
- XI. Apreciar, em grau de recurso, decisões de instâncias inferiores sobre matérias de competência desta Comissão;
- XII. Deliberar e acompanhar programas de mobilidade acadêmica nacionais e internacionais;
- XIII. Deliberar ou opinar sobre outras matérias de sua competência.

No ano de 2015, no que tange a graduação, a Comissão Superior de Ensino, aprovou as resoluções abaixo:

- Resolução COSUEN Nº 15/2015 - Revoga e substitui, ad referendum, a Resolução CONSUN nº 03/2013, que instituiu e regulamentou os Estágios nos cursos de graduação;
- Resolução COSUEN Nº 14/2015 - Aprova, ad referendum, o Regulamento de Atividade Acadêmica Complementar do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo;
- Resolução COSUEN Nº 13/2015 - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em Engenharia Civil de Infraestrutura, grau bacharelado;
- Resolução COSUEN Nº 05/2015 - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em Farmácia, grau bacharelado ;
- Resolução COSUEN Nº 04/2015 - Aprova o Regulamento de Atividades Acadêmicas Complementares e Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Graduação em Cinema e Audiovisual, grau bacharelado;
- Resolução COSUEN Nº 03/2015 - Regulamenta o processo de seleção de estudantes na Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA - para os cursos de Educação do Campo, grau licenciatura, e Educação Intercultural Indígena, grau licenciatura - REVOGADA PELA RESOLUÇÃO COSUEN AD REFERENDUM Nº 03/2015;
- Resolução COSUEN Nº 02/2015 - Aprova a prestação de contas do Programa de Apoio à Vivência de Componentes Curriculares– PVCC, conforme edital PROGRAD nº 071/2014.

Foi elaborada pela Pró-Reitoria de Graduação em 2014 uma proposta de criação do "Núcleo de Apoio Pedagógico aos Docentes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA", compreendido naquele momento como a instância responsável pelo Programa Institucional de Desenvolvimento Profissional, que foi analisada e não aprovada pelos membros da Comissão Superior de Ensino em 23/05/2014, pois acreditava-se que o assunto merecia um debate mais ampliado com a comunidade docente para que o desenho de um "Núcleo" desta natureza fosse coletivamente construído, primando por relações mais horizontais e democráticas.

A proposta retornou para a PROGRAD reformulá-la e esse processo foi desencadeado no final do ano de 2014 e início de 2015. No ano de 2015 temos uma grande greve dos TAES das IFES, que durou aproximadamente cinco meses. Com este episódio, muitos processos ficaram estagnados na Universidade e este foi um deles. Contudo, com o retorno da greve dos TAES em outubro de 2015, a equipe da PROGRAD retomou os estudos e planejamento sobre as ações destinadas a formação continuada para os docentes da UNILA e sugeriu (no momento de elaboração do calendário acadêmico de 2016) que o retorno dos docentes das férias ocorresse com antecedência de no mínimo uma semana em relação aos discentes. Este período, seria propício para a realização de atividades de acolhida aos docentes no início do semestre letivo, que compreendessem a realização de seminários e oficinas sobre temas que fazem parte do cotidiano docente na Universidade.

Após esse seminário, planejado para acontecer no início do mês de março de 2016, espera-se que seja formado um Grupo de Trabalho no âmbito da PROGRAD, com representação da Pró-Reitoria, dos cursos de graduação, dos coordenadores de área do Ciclo Comum de Estudos, de representante da Cátedra Paulo Freire de Educação de Jovens e Adultos e do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica – COMFOR/UNILA, para revisar as minutas elaboradas para instituir e normatizar o Núcleo de Formação do Professor e o Programa de Formação Continuada para a Docência Universitária, trazendo as contribuições da base dos docentes para as diretrizes e conceitos dos documentos, e a definição do Programa Institucional de Desenvolvimento Profissional.

3.3.2.3 Secretaria de Comunicação Social

A Secretaria de Comunicação Social (SECOM) é responsável pelo planejamento e execução das políticas de comunicação da UNILA, em consonância com a missão, visão e valores da Universidade.

A SECOM trabalha no desenvolvimento de planos e ações estratégicas que buscam a construção da imagem institucional e a excelência na interação entre a UNILA e seus mais variados públicos, apoiadas em dois eixos principais: Informação e Comunicação Institucional. Tem como premissa a troca de informações e saberes e a construção colaborativa e coletiva.

Figura 3 - Estrutura da SECOM



3.3.2.3.1 Políticas de Comunicação

Devido à ausência de uma Política de Comunicação própria, a SECOM baseia-se na Política de Comunicação descrita no PDI que caracteriza a peculiaridade da Instituição de ser latino-americana e, portanto, a comunicação deve alcançar esse público. Com foco nessa questão, as políticas de comunicação priorizam a divulgação internacional das ações universitárias e, para tanto, sejam utilizados todos os meios de comunicação, como as mídias sociais, produtos impressos, portais virtuais ou programas audiovisuais.

A SECOM utilizou-se dos objetivos expostos a seguir para o planejamento e execução de suas atividades(PDI, 2013):

Objetivo Geral: Contribuir para a consolidação da UNILA, seu projeto, seus ideais e sua produção de conhecimento, para que estes sejam legitimados na sociedade latino-americana e caribenha.

Objetivo específico 1: Divulgar o conhecimento produzido na Universidade para objetivar sua missão;

Meta 1: Criação de dez canais de comunicação por ano, entre *sites*, periódicos, revistas científicas, murais, perfis nas redes sociais e outros;

Meta 2: Instrumentalização e formação de cem agentes, até 2017, dos mais diversos públicos, para comunicação científica (para editar revista, produzir *blogs*, mídias sociais, programas de TV e rádio, entre outros).

Objetivo específico 2: Dar visibilidade ao projeto da UNILA e seu diferencial, com o intuito de que sejam conhecidas suas propostas de integração em âmbito local, nacional, latino-americano e caribenho;

Meta 1: Criar um projeto com atividades que visem a que todo membro da Universidade, em sua prática, seja um difusor do projeto e dos ideais da Instituição;

Meta 2: Incorporar atividades culturais e acadêmicas da Instituição no calendário e na agenda da cidade, e vice-versa;

Meta 3: Instalar, em 2014, um Núcleo de Produção em rede, um laboratório multimídia aberto à comunidade universitária para viabilizar a produção e execução de projetos de comunicação;

Meta 4: Instalar um Núcleo de Produção Audiovisual, até 2017, com estúdio, equipamento e pessoal, visando à produção audiovisual contínua, bilíngue e transfronteiriça;

Meta 5: Viabilizar a edição periódica semestral de publicação específica sobre a UNILA, em dois formatos, a ser distribuída em larga escala na América Latina;

Meta 6: Criar Conselho Editorial de Redação da UNILA, até 2015, que discuta as políticas de comunicação e práticas vivenciadas no âmbito da Comunicação Social da UNILA.

Objetivo específico 3: Promover a troca de informações e o diálogo entre as diferentes áreas da UNILA, em prol do alcance da missão institucional.

Meta 1: Desenvolver produtos de comunicação interna a partir de 2014;

Meta 2: Instituir Programa de Bolsas, em 2014, para desenvolvimento de produtos e projetos de comunicação.

3.3.2.3.2 Principais atividades

No ano de 2015, a Secretaria de Comunicação Social realizou atividades em vários âmbitos para o alcance dos objetivos já expostos. Seguem as principais atividades realizadas:

- produção de **matérias jornalísticas**. Foram publicadas 273 matérias no *site* institucional, no ano de 2015. Vários assuntos foram abordados, destaca-se, entre eles, os de responsabilidade social:

- Projeto que trabalha com paisagens sonoras da fronteira está com inscrições abertas <https://www.unila.edu.br/noticias/extensao-16>;
- Abertas inscrições para projeto de mapeamento da reestruturação urbana e social da fronteira <https://www.unila.edu.br/noticias/arquitetura-e-urbanismo-4>;
- Cursos de verão de Matemática Avançada estão com inscrições abertas até o dia 26 de janeiro <https://www.unila.edu.br/noticias/extensao-15>;
- Inscrições abertas para 16 cursos gratuitos, nas áreas de Línguas, Artes, Saúde e Política <https://www.unila.edu.br/noticias/extensao-17>;
- Abertas as inscrições para curso gratuito de comunicação radiofônica <https://www.unila.edu.br/noticias/extensao-18>;
- Cursinho Ingressa: Projeto contabiliza aprovações em seis instituições de ensino superior de Foz do Iguaçu <https://www.unila.edu.br/noticias/cursinho-ingressa-3>;
- Cinelatino - Projeto de extensão retoma as atividades neste sábado (14), com exibição do filme "Entre os muros da escola" <https://www.unila.edu.br/noticias>;

- Projeto "*Bonjour, Foz do Iguaçu!*" recebe inscrições para curso gratuito de francês <https://www.unila.edu.br/noticias/lingua-francesa>;
- Oficina "Comunidades Indígenas e Projetos Produtivos Rurais" acontecerá na quarta e quinta <https://www.unila.edu.br/noticias/evento-0>;
- Evento de grupo de pesquisa discutirá a complexidade das relações socioculturais em regiões de fronteira <https://www.unila.edu.br/noticias/triple-frontera-0>;
- Projeto de extensão tem objetivo de identificar patrimônio cultural, material e imaterial, de Foz do Iguaçu <https://www.unila.edu.br/noticias/patrimonio>;
- Estão abertas as inscrições para cursos gratuitos de flauta doce e instrumento andino *zampoña* <https://www.unila.edu.br/noticias/extensao-20>;
- Colégio Ayrton Senna inaugura, nesta sexta (10), museu criado a partir do projeto "Educação Patrimonial" <https://www.unila.edu.br/noticias/extensao-21>;
- Projeto *Español en la Triple Frontera* está com inscrições abertas para curso de língua espanhola <https://www.unila.edu.br/noticias/extensao-19>;
- Projeto Tandem está aberto a interessados em aprendizado de línguas de forma colaborativa <https://www.unila.edu.br/noticias/extensao-2>;
- Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária tem atividades a partir de hoje, em Foz do Iguaçu <https://www.unila.edu.br/noticias/debate-1>;
- Educação Patrimonial - Colégio comemora inauguração de museu criado a partir de projeto de extensão da UNILA <https://www.unila.edu.br/noticias/educacao-atrimonial>;
- Oficina ensina criação de bonecos a professores da rede municipal de Foz do Iguaçu <https://www.unila.edu.br/noticias/comunidade-2>;
- Estão abertas as inscrições para o curso sobre integração regional na África e América Latina <https://www.unila.edu.br/noticias/extensao-23>;
- Saúde Coletiva - Encontro em escola discute alimentação saudável com alunos e diversidade com os pais <https://www.unila.edu.br/noticias/saude-coletiva-4>;
- Campanha de arrecadação de livros para cadeia pública <https://www.unila.edu.br/noticias/comunidade-3>;
- Projeto seleciona instrumentistas para formar grupo de sopros da UNILA

<https://www.unila.edu.br/noticias/musica-8>;

- UNILA participa da Feira do Livro com oficinas, palestras, debates, recitais e estande institucional <https://www.unila.edu.br/noticias/cultura-0>;

- Projeto busca músicos para compor Orquestra de Cordas da UNILA; inscrições estão abertas <https://www.unila.edu.br/noticias/musica-9>;

- Feira Popular de Produção Familiar tem se tornado referência na região norte de Foz do Iguaçu <https://www.unila.edu.br/noticias/extensao-26>.

- aprimoramento constante do *site* institucional, com adequações para facilitar a navegabilidade de usuários e criação de novas páginas para as unidades, além de página de divulgação de atividades de ensino, pesquisa e extensão;

- relacionamento com escolas públicas para divulgação de cursos e processo seletivo da UNILA;

- atendimento a visitas de alunos interessados em conhecer a Instituição. As Visitas Programadas são um projeto de extensão, desenvolvido pela SECOM, com o intuito de aproximar o estudante de Ensino Médio e a população com a Universidade. Nas visitas, o participante tem acesso a informações sobre formas de ingresso nos cursos de graduação, a importância e o impacto positivo da presença de uma universidade federal na região. As informações são repassadas por dois alunos da UNILA que atuam como bolsistas e, com isso, o participante interage com quem vive o projeto UNILA. Em 2015, foram realizadas visitas de escolas de Foz do Iguaçu e região. Também recebemos solicitações de escolas de fora do Paraná, como o Cursinho Henfil, do estado de São Paulo, com cerca de 320 estudantes;

- participação em feiras para divulgação da Universidade e consolidação da imagem institucional. Destaca-se, neste ano, as seguintes participações;

- FARTAL – Foz do Iguaçu/PR. Estima-se que, durante o evento, foi atingido um público superior a 50 mil pessoas.

- Feira de Profissões – Marechal Cândido Rondon/PR. Estima-se que o público alcançado foi de aproximadamente 3 mil pessoas, sendo que a grande maioria foi de estudantes das séries finais do Ensino Médio.

- Feira do Livro – Foz do Iguaçu/PR. A Feira foi realizada pela Fundação Cultural de Foz do Iguaçu, na Praça do Mitre, e contou com grande circulação da comunidade da Tríplice Fronteira.

- participamos, ainda, do Show Rural – Fevereiro/2015 (Cascavel/PR), do SEURS –

Agosto/2015 (Bagé/RS) e da Feira de Profissões – 27.08.2015 (Marechal Cândido Rondon/PR);

- criação, produção e veiculação de campanhas institucionais e promocionais, nacionais e internacionais. Em 2015, foram produzidas mais de 200 artes para materiais diversos, impressos e *online*, a exemplo de diplomas, cartazes, manuais, cartilhas e outros;

- mídias Sociais: ampliação do trabalho nas mídias sociais, com a produção de conteúdos adaptados a cada canal; campanhas específicas para as mídias sociais; definição de um cronograma de publicações, bem como monitoramento e métricas das publicações. São gerenciadas pela secretaria:

- **LinkedIn** - Foi criada uma *University Page*, na rede social LinkedIn, com o objetivo de interagir com alunos e ex-alunos, além de ser uma ferramenta importante para atrair potenciais alunos e acompanhar egressos,
- **Facebook** continua sendo a principal rede social para divulgação da UNILA e seus processos seletivos, bem como para interação e atendimento ao público. Também utiliza-se este canal de comunicação para divulgação de campanhas de cunho social, como a campanha de prevenção do câncer de mama e de doação de sangue. No ano de 2015, a página da UNILA no Facebook atingiu 26 mil curtidas.

Além disso, a equipe de Comunicação Institucional administra as redes sociais:

- **Twitter**, com 5.860 seguidores;
- **Google+**, com 174 seguidores;
- **YouTube**, com 310 inscritos no canal;
- **Instagram**, com 752 seguidores.

- Atendimento contínuo a demandas de imprensa em nível regional, nacional e internacional e, ainda, acompanhamento de entrevistas. Em 2015, foram 181 atendimentos à imprensa.

- Envio de sugestões de pauta e *releases* aos meios de comunicação acerca das ações da Universidade; e atualização do *mailling* de contato de veículos. Foram enviados 130 *releases* à imprensa, no ano de 2015.

- Gestão de listas de *e-mail* organizacionais, visto que, de acordo com Resolução do CONSUN, cabe à SECOM o envio de avisos encaminhados pelas unidades internas e a avaliação sobre a pertinência e adequação do conteúdo.

- Boletim de Serviço – cabe à SECOM a edição semanal do Boletim que concentra as

principais publicações oficiais da Reitoria e das unidades internas. Neste ano, foram publicados 49 boletins.

- Atualização do Guia de Fontes, com informações a respeito dos pesquisadores da UNILA.

• Informativo *La Semana Unilera* é o boletim semanal direcionado à comunidade acadêmica, abordando diversos temas, como “Informes”, “Qualidade de Vida”, “Agenda de Eventos”, “Acontece na Cidade”, “Oportunidades”, “UNILA na Mídia”, “Notícias da Gente” etc. Neste ano, foram veiculadas 48 edições do informativo.

• A equipe de audiovisual produziu 57 registros fotográficos, 90 eventos realizados e participados e 31 vídeos produzidos, para divulgação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de divulgação institucional.

A comunicação interna e externa na SECOM tem o intuito de promover a interação e a integração da comunidade acadêmica, fomentar a imagem institucional e levar ao conhecimento da comunidade as informações sobre a Universidade.

Em relação à comunicação interna, no ano de 2015, utilizou-se como canais de comunicação:

- Portal da UNILA;
 - *E-mail* institucional;
 - Informativo *La Semana Unilera*;
 - Listas de *e-mail*;
 - Mídias Sociais;
 - *Wiki* Administrativa;
 - Materiais impressos.
- No âmbito da comunicação externa utilizou-se:
- Portal da UNILA;
 - Mídias Sociais;
 - Materiais impressos;
 - Assessoria de Imprensa.

Com o crescente entrosamento das equipes e a chegada de equipamentos para auxiliar na execução dos trabalhos, a produção da Secretaria tornou-se mais efetiva e, com isso, os principais objetivos da SECOM foram alcançados. Todos os setores da Secretaria aumentaram sua produção,

apesar da falta de tempo hábil, situação já citada neste relatório.

Ações como a participação nas feiras, visitas dos alunos à UNILA e as visitas aos meios de comunicação foram pontos fortes nas ações da Secretaria, pois essas atividades aproximaram a Universidade da comunidade, objetivo não só da SECOM, mas também da UNILA. O contato direto com a comunidade e com potenciais estudantes é fundamental para o fortalecimento da imagem institucional, o aumento do número de inscritos nos processos seletivos e a diminuição de taxas negativas da Universidade. Tais participações ainda estão aquém do ideal que esta Universidade necessita para inclusão na comunidade regional e fronteiriça. Para isso, os esforços para investimento neste tipo de ação devem ser fortalecidos.

Alguns pontos influenciaram de forma não esperada no desempenho das atividades, como na falta de contrato gráfico devido a questões orçamentárias, que acabou por inviabilizar o aceite ou a conclusão de demandas das unidades. Com isso, muitas campanhas acabaram sendo lançadas somente em formato digital. As mídias sociais tornaram-se ferramentas muito utilizadas para a divulgação dos processos seletivos de ingresso ou de vagas ociosas, obtendo desempenho positivo de alcance.

Com a paralisação, muitas ações não foram concluídas em sua totalidade, porém o expressivo número 80% das ações iniciadas ou concluídas no cenário apresentado torna-se fator relevante para a afirmação de desempenho satisfatório da Unidade. Com base no exposto, conclui-se que o ano de 2015, para a Secretaria de Comunicação Social, fecha com balanço positivo.

3.3.2.4 Conselho Universitário (CONSUN)

Em 31 de julho de 2015, o Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública, com pedido de Liminar, em face à UNILA, com o objetivo principal de declarar nulidade do Art. 4º do Regimento Geral da UNILA, por ilegalidade, e a imposição à autarquia da obrigação de fazer adequação ao seu Regimento Geral, obedecendo o art. 56, parágrafo único, da Lei nº 9.394/96 (LDB), para que o Conselho Universitário e nos demais órgãos colegiados e comissões 70% dos assentos seja ocupados por docentes.

A partir dessa data, o Magnífico Reitor e Presidente do Conselho, optou por não convocar reuniões ordinárias do Conselho Universitário até que a questão fosse resolvida.

No dia 09 de novembro de 2015, foi despachada a decisão da Justiça Federal em relação a Ação Civil Pública nº 5008268-27.2015.4.04.7002/PR, dando o prazo de 10 (dez) dias para impugnação do MPF. E, a partir de 18 de novembro de 2015, iniciou o prazo de 30 (dias) dias para

que a UNILA cumprisse a decisão judicial.

No dia 18 de novembro 2015, foi publicado no Boletim de Serviços da Universidade a Portaria UNILA nº 1.175/2015, alterando os dispositivos do Regimento Interno para adequação ao determinado na decisão.

Considerando que, não são realizadas reuniões ordinárias do Conselho Universitário no período de recesso acadêmico, deixaram de ser convocadas 06 (seis) reuniões ordinárias.

Porém, nesse período, foram aprovadas 13 (treze) Resoluções *ad referendum* para não prejudicar o andamento das atividades fins da Universidade (descritas abaixo):

- 04/2015 - Aprova a criação o programa de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado profissional em Gestão do Cooperativismo e Desenvolvimento Local;

- 05/2015 - Cria o programa de pós-graduação *stricto sensu* –mestrado em Química;

- 06/2015 - Cria o programa de pós-graduação *lato sensu* – em “Questão Agrária Latino-Americana”;

- 07/2015 - Cria o programa de pós-graduação *stricto sensu* –mestrado em Biodiversidade Neotropical;

- 08/2015 - Prorroga o mandato das coordenações das subunidades acadêmicas, eleitas em pleito regido pelo Edital CEC 004/2013.

- 09/2015 - Aprova *ad referendum* a dispensa de titulação mínima de doutor, substituindo-a pelo título de mestre, para a área de Serviço Social, subárea Serviço Social e Questão Social, no edital de concurso público para a Carreira de Magistério Superior.

- 10/2015 - Cria o programa de pós-graduação *stricto sensu* – Mestrado e Doutorado Interdisciplinar em Ciência, Tecnologia e Inovação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA.

- 11/2015 - Cria o programa de pós-graduação *stricto sensu* – Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA.

- 12/2015 - Cria o programa de pós-graduação *stricto sensu* – Mestrado em Engenharia Civil da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA.

- 13/2015 - Cria o programa de pós-graduação *stricto sensu* – Mestrado Acadêmico em Biociências e Saúde da Universidade Federal da Integração Latino-Americana –UNILA.

- 14/2015 - Aprova a dispensa de titulação mínima de doutor, para a área de Medicina, no edital de concurso público para a Carreira de Magistério Superior;

- 15/2015 - Estabelecer novo local de funcionamento dos cursos de Graduação da Universidade Federal da Integração Latino-americana – UNILA;
- 16/2015 - Aprova o Calendário Acadêmico 2016.
- No ano de 2015, somente 02 (dois) processos, encaminhados ao CONSUN estão prejudicados, porém sem urgência na sua deliberação, são eles:
 - Processo 23422.004396/2015-93 – Minuta de Resolução para utilização do nome social no âmbito da UNILA.
 - Processo 23422.010391/2015-08 – Proposta de Regimento Interno da Comissão Interna de Supervisão – CIS.

3.3.3 Sustentabilidade Financeira (Dimensão 10)

O PDI não apresenta ações, objetivos ou metas significativas para a área financeira, porém, ao tratar do tema, deixa claro que

No contexto interno da instituição, tais recursos, repassados pelo MEC, são alocados conforme descentralização temática, isto é, por meio de ações orçamentárias destinadas para o conjunto da UO 26267 – UNILA: implantação da UNILA; funcionamento das Universidades Federais; fomento às ações de ensino, pesquisa e extensão; capacitação de servidores em processo de qualificação e requalificação; assistência aos estudantes; apoio à capacitação e formação inicial e continuada de professores da Educação Básica; auxílios e assistências aos servidores públicos; e pagamento de pessoal.

11.2. Planos de Investimentos

Durante a vigência do PDI, a dotação definida na Lei Orçamentária Anual, deverá atender às necessidades prioritárias de investimentos e havendo outras demandas que justifiquem a obtenção de suplementação orçamentária, será solicitado junto ao MEC.

No que concerne ao exercício de 2015, preconiza que

Em 2014 e 2015 o desafio será a conclusão da construção do campus principal da universidade, construção de nova moradia estudantil, planejamento e construção da infraestrutura necessária ao Curso de Medicina e aquisição de mobiliário e equipamentos de informática e de laboratórios, que, com as demandas dos cursos existentes e dos cursos a serem implantados, deverão ser construídos em espaços adicionais ao campus em construção. A atual moradia estudantil também deverá receber, neste período, investimento para execução de reforma das edificações.

Na UNILA, a área de finanças está sob a responsabilidade da PROPLAN, que apresenta a seguir uma síntese das ocorrências de 2015.

3.3.3.1 Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN)

Por ser uma instituição federal de ensino superior, o orçamento da Unila é composto, quase que exclusivamente, por fontes de recursos do Tesouro Nacional.

O Decreto Presidencial nº 7.233, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária e, ainda, estabelece parâmetros de qualidade e produtividade, que resultam na denominada matriz Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior). A Matriz tem como principal indicador o “aluno equivalente”, além de incluir indicadores ligados a outras atividades das IFES, como o número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes na graduação e na pós-graduação, fato que inviabilizava a participação de instituição em implantação na referida matriz, como é o caso da UNILA.

O orçamento inicial de 2015 somava R\$ 118.864.362 (Cento e dezoito milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, trezentos e sessenta dois reais). Com as suplementações ocorridas no decorrer do exercício, o orçamento atingiu a soma R\$ 145.920.656 (cento e quarenta e cinco milhões, novecentos e vinte mil, seiscentos e cinquenta e seis reais). As suplementações decorreram, exclusivamente, de reforços nas dotações para despesas com pessoal.

Em 2014, a UNILA tinha 17 cursos e previa-se a implantação de 24 novos cursos em 2015. Contudo, dos 24 novos cursos previstos, apenas 12 foram implantados. Alguns motivos foram determinantes para o adiamento de 12 cursos, cabendo destacar o contingenciamento orçamentário do exercício, e o fato de que, mesmo com a proposta de expansão significativa do número de cursos, o orçamento de custeio discricionário de 2015 reduziu 2,1% em relação ao de 2014.

3.3.3.1.1 Descrição das políticas direcionadas à aplicação dos recursos

Em 2015, a Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças organizou o processo para elaboração do planejamento institucional. A metodologia proposta prevê a definição de objetivos estratégicos que orientarão as políticas para aplicação dos recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão. Alguns problemas operacionais impossibilitaram a finalização do documento, dentre eles destaca-se a greve dos servidores técnicos e as agendas dos gestores das áreas e do mediador externo.

Estima-se a finalização dos trabalhos para o primeiro quadrimestre de 2016.

3.3.3.1.2 Informações sobre a execução orçamentária e financeira da Unila do ano de 2015.

Estão demonstrado nos Quadros nº 14 e 15 as disponibilidades orçamentária por Grupo de Despesas e por Programas de trabalho planejados e executados pela Instituição, de acordo com as diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério do Planejamento.

Quadro 14- Orçamento autorizado e executado por Grupo de Natureza da Despesa e Fontes de Recursos

Grupo de Despesa	Fonte Recursos	Dotação Inicial	Dot. Atualizada	Desp. Liquidadas
1- Pessoal e Enc.Sociais	Tesouro Nacional	52.468.021,00	77.066.170,00	76.006.032,04
3- Outras Despesas Correntes	Tesouro Nacional	33.512.014,00	37.945.014,00	29.667.338,55
	Não-Financeiros	566.903,00	566.903,00	0,00
	Financeiros	17.853,00	42.998,00	0,00
	Convênios	310.680,00	310.680,00	147.400,29
4- Investimentos	Tesouro Nacional	31.522.871,00	29.522.871,00	8.354.722,55
	Convênios	466.020,00	466.020,00	94.058,56
TOTAL ORÇAMENTO		118.864.362,00	145.920.656,00	114.269.851,99

Fonte: PROPLAN

Quadro 15- Orçamento autorizado e executado por Programa de Trabalho

Programa de Trabalho	Dotação Iniciada	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas
Contribuição da União, de suas Autarquias para o Custeio do Reg. de Previdência dos Servidores	6.745.770,00	12.250.718,00	12.090.100,76
Pagamento de Pessoal Ativo da União	45.722.251,00	64.250.718,00	63.915.931,28
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis e seus Dependentes	530.654,00	988.654,00	968.926,59
Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade	21.204,00	31.204,00	24.939,07
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	49.633,00	107.633,00	103.846,04
Auxílio-transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	14.890,00	40.890,00	38.950,49
Auxílio-alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	1.861.256,00	3.742.256,00	3.701.866,68
Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila	45.354.271,00	45.379.416,00	19.995.886,16
Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	823.950,00	823.950,00	246.580,40
Assistência ao Estudante de Ensino Superior	11.304.522,00	11.304.522,00	9.659.398,37
Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	5.528.570,00	5.528.570,00	3.285.741,98
Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica	907.391,00	907.391,00	33.153,62
Concessão De Bolsas De Estudos No Ensino Superior (Destaque CAPES)	0,00	0,00	8.661,26
Funcionamento de Instituições Federais – Rio Grande do Sul (Destaque UNIPAMPA)	0,00	0,00	526,07
Promoção e Fomento à Cultura Brasileira – Nacional (Destaque Fundo Nacional de Cultura)	0,00	0,00	195.343,22
Total	18.864.362,00	145.920.656,00	114.269.851,99

Fonte: PROPLAN

4. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

Nesta seção é apresentado um diagnóstico a respeito da UNILA, ressaltando os avanços e os desafios a serem enfrentados em relação aos eixos avaliados em 2015 e também é apresentado o quanto foi alcançado em relação a estes eixos o que foi estabelecido no PDI, considerando o perfil e a identidade da IES.

O PDI trata do planejamento institucional no que se refere às políticas de gestão administrativa, quando traz como um dos objetivos específicos desenvolver a cultura de planejamento para sensibilizar a comunidade universitária acerca dos benefícios gerados pelo planejamento. Esse objetivo é seguido de metas sendo a primeira delas “estabelecer, na agenda de 2014, encontros de trabalho coletivo com comunidade universitária para o debate sobre o planejamento anual” e a segunda “elaborar o planejamento anual da UNILA, com a participação da comunidade, a partir de 2014” (PDI, 2013, p.45). Por falta de informações precisas, não há como afirmar que essas metas não foram cumpridas. Requer registro do Relato Institucional para que a PROPLAN observe essas metas e conste em relatório próprio o seu cumprimento e em caso de resposta negativa, informar os motivos pelos quais não foi possível.

Outro objetivo específico da área de planejamento é “Levantar as necessidades institucionais, visando garantir a infraestrutura adequada para o desenvolvimento institucional com base nos limites orçamentários”, cuja meta é “definir anualmente as necessidades de infraestrutura física (aquisição, reforma, construção, utilização de espaço), de manutenção, de transporte, de material de uso comum e permanente, contratando os serviços necessários” (PDI, 2013, p.45). Essa meta requer a articulação do planejamento com a gestão de infraestrutura, de acordo com as necessidades dos cursos e das diversas áreas acadêmicas e administrativas da Instituição.

De igual modo, o documento oficial atribui a área de avaliação institucional o objetivo de “construir um Projeto de Avaliação que subsidie a autoavaliação institucional, a avaliação externa e avaliação do ensino-aprendizagem, de modo a instituir uma cultura avaliativa que contribua a alcançar os objetivos da missão da UNILA” (PDI, 2013, p.50). Para isso, indica a elaboração do Projeto de Avaliação Institucional (PAI), com a participação da comunidade, bem como “elaborar relatórios parciais e anuais e divulgá-los a toda a comunidade. Outras metas são: “definir, de forma coletiva, até o primeiro semestre de 2014, os critérios e métodos de avaliação nos âmbitos didático-pedagógico, corpo social e infraestrutura”, “discutir com a Comunidade Universitária, até março de 2015, o Projeto de Avaliação Institucional proposto” e “promover palestras e ações de divulgação, até maio de cada ano, a fim de sensibilizar de forma reflexiva os diversos atores da UNILA

(docentes, discentes e técnicos administrativos em educação) acerca da importância da avaliação como instrumento de melhoria da qualidade e de prestação de contas à sociedade”. Nesse sentido, apenas a CPA tem feito relatórios anuais de autoavaliação que estão publicados na sua página eletrônica que se encontra no portal institucional. Quanto ao PAI não há informação de sua elaboração. Ele é tratado pelo PDI, sem contudo, deixar claro quanto ao órgão responsável para a sua gestão. Porém, como a avaliação e o planejamento são interrelacionados, conclui-se que a PROPLAN assumira esse papel ou que seja criada um novo órgão especializado em Avaliação Institucional, para elaborá-lo e gerí-lo, de modo a cumprir as metas a ele relacionadas, em articulação com o Planejamento Estratégico da Instituição, sem confundí-lo com a legislação e as diretrizes do SINAES, uma vez que essa forma de avaliação deverá pertencer exclusivamente à CPA.

Realizar a autoavaliação institucional, anualmente, até o mês de junho. Obter conformidade de, no mínimo, 80% nas dimensões avaliadas, é uma meta que diz respeito à CPA e a mesma vem realizando as autoavaliações anuais, porém a fixação de tempo (até o mês de junho) é impraticável, pois o Ministério da Educação dá o prazo de até o último dia de março. Além disso, há que levar em conta outros fatores, como: recessos acadêmicos, encerramento do exercício, disponibilidade dos dados e das informações, dentre outros. Esses fatos e experiência mostram que o período avaliativo mais próximo do ideal é de outubro a março. Quanto ao percentual de dimensões avaliadas, depende exclusivamente do planejamento das autoavaliações.

Por fim, a meta de **publicar anualmente os resultados das autoavaliações e das avaliações externas, visando a transparência e a implementação de ações que possam proporcionar melhorias necessárias ao desenvolvimento institucional** é plenamente atingida na medida em que os relatórios e demais documentos relacionados às autoavaliações estão disponíveis na página oficial de CPA (www.unila.edu.br/cpa).

Este relatório segue o roteiro indicado pelo projeto que o precede e foi elaborado segundo as informações fornecidas pelas áreas acadêmicas e administrativas e carece de outros dados para realização de uma análise mais minuciosa dos objetivos e metas do Plano de Desenvolvimento Institucional. Contudo, por meio da descrição das atividades, percebe-se a prática de ações de inclusão social com a utilização exclusiva do Sistema de Seleção Unificado (SiSU), que estabelece o regime de cotas, além do Programa Pró-Haiti, o qual permite que refugiados haitianos possam ingressar no ensino superior e, pós-formados, possam contribuir com a reconstrução do país.

Verifica-se ainda a preocupação no atendimento do que estabelece a LDB, em relação à implantação de dez por cento dos componentes curriculares dos cursos de Graduação em programas e projetos de extensão, de forma a permitir que o conhecimento gerado na Universidade possa alcançar efetivamente a sociedade. Importa destacar que, neste ponto, as ações de extensão já

promovem oportunidades de interação entre universidade e comunidade, e a quantidade de ações desenvolvidas acompanham o processo de expansão da universidade, conforme demonstrado em quadro apresentado pela Pró-Reitoria de Extensão.

As ações do Programa de Assistência Estudantil da UNILA fazem parte do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e também reforçam o papel da universidade na promoção da inclusão. As ações do Programa compreendem a concessão de moradia, alimentação, transporte, creche e apoio à participação em eventos acadêmicos aos discentes, brasileiros e estrangeiros, matriculados nos cursos de graduação. Essas ações são transformadas em auxílios e concedidas nas modalidades de subsídio financeiro (moradia e alimentação), vagas na moradia estudantil, alojamentos, vale-alimentação, vale-transporte, auxílio-creche e auxílio financeiro para participação em eventos.

Constata-se também um esforço da Universidade na concessão de bolsas para que estudantes de graduação, ainda que contemplados com o Programa de Assistência Estudantil, possam desenvolver atividades de Iniciação Científica e de Extensão, além da oferta de bolsas afirmativas e demanda social para os cursos de pós-graduação stricto sensu.

Já em relação as ações de sustentabilidade, cita-se a elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

De acordo a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, os planos de gestão de logística sustentável “são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública”. A Instrução ainda estabelece que o PLS oriente as práticas de sustentabilidade e racionalização abrangendo, minimamente: I – Material de consumo, II – Energia Elétrica, III – Água e esgoto, IV – Coleta Seletiva, V – Qualidade de vida no trabalho, VI – Compras e contratações sustentáveis VII – Deslocamento de pessoal.

Percebe-se que as ações obrigatórias do PLS vão ao encontro do objetivo geral e metas do PDI, mas como o plano não está institucionalizado e há ausência de informações sobre as ações orientadas à sustentabilidade, a análise fica comprometida.

Contudo, a elaboração do PLS pode ser considerada um indicativo de que a Universidade está direcionando ou direcionará as ações ao atingimento do objetivo do PDI, ainda que as metas possam não ter sido cumpridas no prazo.

Para o alcance dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional, analisamos a política de gestão de pessoas, a partir do objetivo de “Planejar ações que contribuam ao desenvolvimento profissional e pessoal dos servidores”, definido na meta 1 como

Instituir o Programa Institucional de Desenvolvimento Profissional – PIDP até 2014. O PIDP objetiva a qualificação docente, visando ao desenvolvimento profissional e também servirá de meio para alcançar os objetivos e a missão institucional da UNILA, contribuindo para o desenvolvimento dos planos institucionais de qualificação e formação continuada, orientados para a análise aprofundada da temática regional latino-americana e caribenha.

Para atendimento desta meta, foi elaborada pela PROGRAD e encaminhada para aprovação da Comissão Superior de Ensino, em 23/05/2014, a proposta de criação do Núcleo de Apoio Pedagógico aos Docentes, responsável pelo PIDP. No entanto, essa proposta não foi aprovada pois seria mais oportuno uma maior participação dos docentes na construção do Núcleo e das suas normas.

No ano de 2015, devido à greve dos técnicos, esse tema ficou estagnado. Contudo, com o retorno da greve em outubro de 2015, a equipe da PROGRAD retomou os estudos e planejamento sobre as ações destinadas a formação continuada para os docentes, quando foi idealizada a realização de um seminário sobre temas que fazem parte do cotidiano docente na Universidade.

Após este seminário, planejado para acontecer no início do mês de março de 2016, espera-se que seja criado um Grupo de Trabalho para revisar as minutas elaboradas para instituir e normatizar o Núcleo de Formação do Professor e o Programa de Formação Continuada para a Docência Universitária, trazendo as contribuições da base dos docentes para as diretrizes e conceitos dos documentos, e a definição do Programa Institucional de Desenvolvimento Profissional.

A meta 2, **Estabelecer políticas contínuas de promoção da saúde física e mental dos servidores** está sendo perseguida pela área de gestão de pessoas que apresenta diversas ações relacionadas à nutrição, saúde mental, ergonomia, ginástica laboral, psicologia, exames admissionais e periódicos, segurança do trabalho e incentivos à saúde suplementar do servidor, o que caracteriza o cumprimento satisfatório, porém recomenda-se que as políticas sejam melhores definidas como tal, mediante resolução do CONSUN ou ato da própria Pró-reitoria.

Já no que se refere à meta 1, do objetivo 2, **Institucionalizar Avaliação de Desempenho até 2014**, os técnico-administrativos em educação estão seguindo as normas da Portaria Unila nº 553/2013, que foi editada em caráter provisório até que se consolidasse as normas locais definitivas que devem ser adotadas por intermédio de resolução aprovada pelo Conselho Universitário. Essa Portaria foi retificada em 2014 e 2015. Quanto aos docentes, a Portaria UNILA nº 834/2013, estabelece que enquanto não são instituídas as normas locais de avaliação de desempenho, serão adotadas as normas da UFPR. Por isso, em 2015, foi adotada a Resolução CEPE/UFPR nº 27/2013. Dessa forma, fica evidente que a Instituição ainda não cumpriu esta meta, no que se refere a avaliação de desempenho para fins de progressão e promoção por mérito.

Outro ponto importante analisado na política de gestão de pessoas, é a Meta 2 do Objetivo Específico 2 do PDI, **Implantar, até 2014, a gestão de pessoas por competências na UNILA.** Nesse ponto, a PROGEPE reconhece que a Gestão por Competências constitui um importante dispositivo para a capacitação, sendo sua implementação uma das ações elencadas no planejamento institucional e previstas para 2016.

Para atingir a Meta 3, **Elaborar diagnóstico anual da relação entre o pessoal existente e a necessidade da Instituição,** a PROGEPE realiza o levantamento das necessidades de lotação de servidores nas unidades administrativas e acadêmicas da Universidade, levando em consideração as atribuições do cargo, bem como na avaliação da experiência profissional e formação do servidor.

Quanto ao **manual do servidor**, que corresponde à meta 4, desse mesmo objetivo, a área de gestão de pessoas informou que optou por substituí-lo pelo Manual de Normas de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, elaborado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento de Pessoal – CNDP. Ao consultar as páginas eletrônicas da área, tanto no site como na wiki administrativa, bem como o Boletim de Serviço, não foi encontrada nenhuma publicação referente ao documento em tela, o que leva a concluir que essa meta não foi alcançada ou que está parcialmente atendida.

Ao analisar a meta 5, **Instituir a Avaliação de Estágio Probatório até 2014,** observa-se que quanto a avaliação de desempenho para fins de estágio probatório, foi aprovada pelo CONSUN a Resolução nº 007/2014, para os docentes, e a Resolução nº 003/2014, para os técnico-administrativos em educação. No entanto, no que se refere à Comissão de Avaliação de Desempenho (CAD), prevista no PDI para a avaliação de desempenho dos docentes em estágio probatório, cuja responsabilidade é da área de gestão de pessoas e da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, a PROGEPE informou que a CPPD tem assumido as atribuições da CAD, até que esta esteja em pleno funcionamento, conforme o estabelecido pela Portaria UNILA nº 834, de 22 de novembro de 2013, e pelo art. 29 da Resolução nº 007/2014, de 30 de abril de 2014. Informou também que já há um Grupo de Trabalho – GT, destinado a elaborar a minuta de implantação das Comissões de Avaliação de Desempenho Docente na Unila, composta por 2 membros da CPPD e dois da Progepe. Com isso, a meta está sendo perseguida e que em breve estará plenamente atingida.

O plano anual de capacitação não está inserido no rol de metas do PDI para a área. Porém, por se tratar de uma importante ferramenta de gestão para área, torna-se digno de nota neste relatório. Sobre isso, segundo informações da PROGEPE, o PAC 2015 foi encaminhado para a aprovação do CONSUN, porém não ocorreu devido a suspensão das atividades daquele conselho naquele ano.

A área de Comunicação Social, demonstrou todos os esforços para atingir todos os objetivos pretendidos no PDI, porém preferiu não perseguir as metas, demonstrando o entendimento de que todas as ações implementadas tiveram por base aqueles objetivos e que, com isso, foram alcançadas outras metas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de impacto das ações junto às comunidades acadêmica e externa, bem como junto aos egressos fará parte do segundo relatório parcial, referente ao ano de 2016, com maior ênfase no relatório final que será elaborado em 2017, de acordo com o projeto de autoavaliação institucional. Foi decidido, assim, devido à exiguidade de tempo para elaboração, divulgação, sensibilização, aplicação, tabulação e análise do instrumento de pesquisa, dos seus dados e das suas informações.

Convém registrar que foi criado um grupo de trabalho para a elaboração dos instrumentos de consulta à comunidade acadêmica e à comunidade externa. Esse grupo elaborou uma proposta encaminhada aos demais membros para apreciação e posterior aprovação em reunião ordinária. No entanto, devido à greve ocorrida no período de maio a outubro do ano em estudo, tanto as reuniões da CPA ficaram prejudicadas, inviabilizando a aplicação dos questionários, pois antes desta etapa era necessária a divulgação, a sensibilização dos respondentes e o tempo razoável de consulta, o que não seria possível acontecer no período de outubro/2015 a março/2016, considerando ainda o agravante de ocorrência de cinco meses de greves, de férias e recesso acadêmicos do final do mês de dezembro até meados do mês de março de 2016. Desse modo, concluiu-se por bem que aqueles instrumentos fossem aplicados no ano de 2016, mediante observância de um cronograma eficaz, para constar no segundo relatório parcial (2016) e no relatório final (2017).

Dessas dificuldades apontadas, a greve dos técnico-administrativos em educação, que durou mais de cinco meses, fez com que muitas ações importantes fossem postergadas, refletindo na dinâmica e nos resultados das ações de todas as áreas da gestão universitária.

Outro fator digno de nota foi a suspensão das atividades do CONSUN em grande parte do ano de 2015, devido à Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público Federal, para que a Instituição fizesse as adequações necessárias no seu Regimento Geral de modo a atender dispositiva da LDB quanto a participação docente naquele órgão colegiado e nas demais comissões. Foram feitos os devidos ajustes, no final do ano, porém coincidiu com o período de recesso acadêmico, ocasionando na impossibilidade de reuniões ordinárias. Com isso, deixaram de ser realizadas 06 (seis) reuniões ordinárias e alguns processos não puderam ser analisados. Porém, para as situações de caráter urgente, foram emitidas resoluções *ad referendum* para não prejudicar o andamento das atividades fins.

Convém consignar destaque à necessidade de revisão do PDI, porém ao considerar que ele tem pouco mais de um ano de vigência, há que se pensar nas providências para a elaboração do

novo PDI, bem como a revisão do Estatuto, do Regimento Geral, da Estrutura Organizacional e dos demais documentos legais derivados.

É parte integrante e complementar da autoavaliação institucional, o Relato Institucional, no qual contém, dentre outros temas, uma síntese deste Relatório e o Plano de Melhorias com base nos resultados das avaliações internas e externas. Esse Relato será entregue à Reitoria, juntamente com uma cópia deste Relatório, para conhecimento e providências pertinentes à melhoria contínua da Instituição.